

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
amar • cuidar • acreditar

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

TIPO TSD COM CAPA SELANTE E GALERIA PLUVIAL

LOCAL: BAIRRO NILDA D' PAULA

Várzea Grande-MT

Novembro/2016

1.0- APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 APRESENTAÇÃO

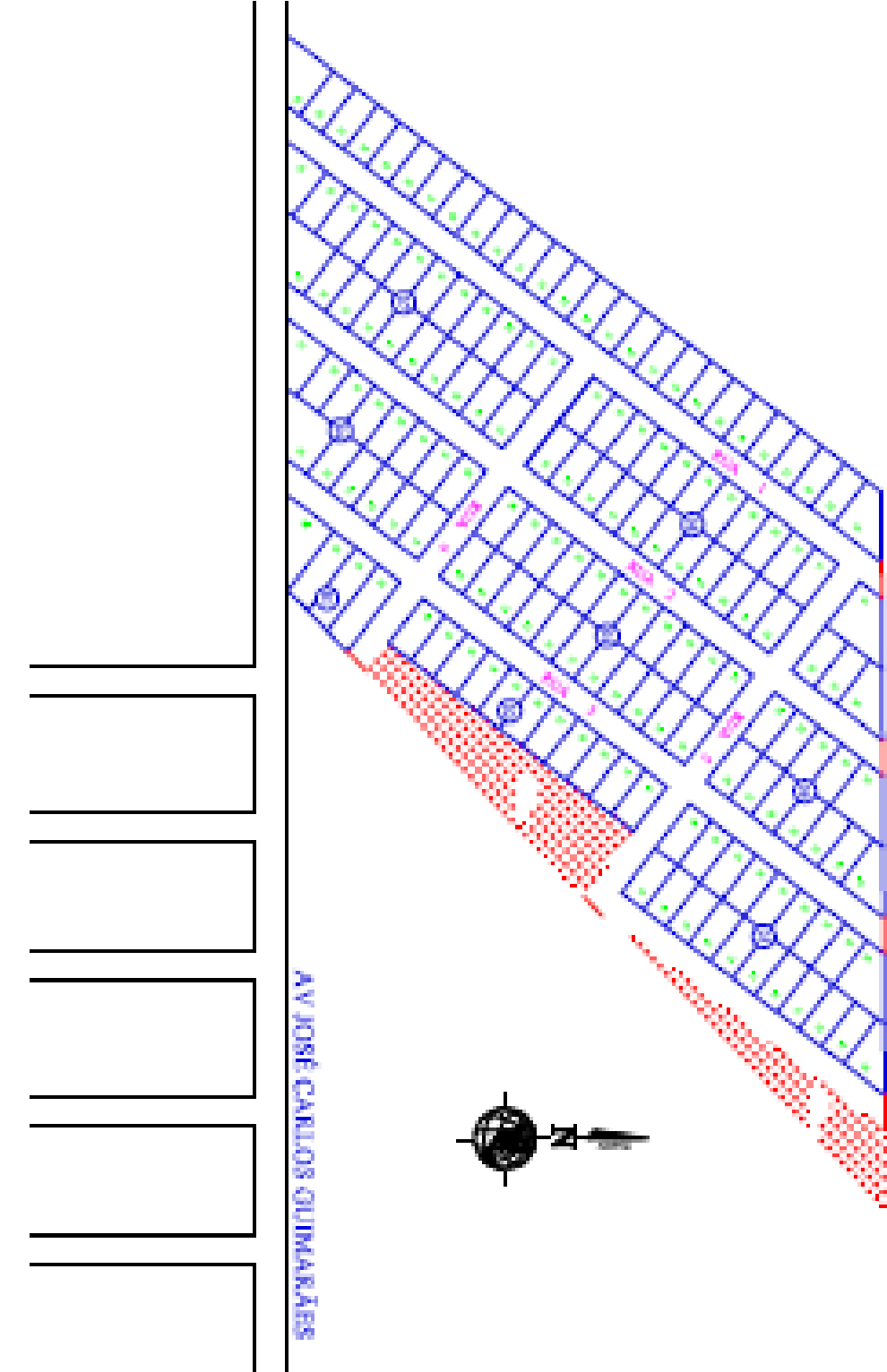
Este Relatório refere-se ao **Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem** no Bairro Nilda de Paula, localizado na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Coordenadas Geográficas 15°37'24.29" S e 56°11'25.49"O.

1.3 – QUADROS DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS

As obras de pavimentação asfáltica em TSD, que serão executadas no Bairro Nilda de Paula, contempla 06 (seis) vias.

As larguras de cada via, bem como os serviços a serem feitos estão discriminados no Quadro 1.0 em anexo.

LOGRADOURO	EXTENSÃO (CAIXA)	EXTENSÃO (M) PISTA DE ROLAMENTO	EXTENSÃO (CALÇADA)	SERVIÇOS À SEREM FEITOS
RUA 1	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem
RUA 2	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem
RUA 3	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem
RUA 4	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem
RUA 5	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem
RUA 6	10	7	1,50	Pavimentação e Drenagem



2.0 PROJETO DO PAVIMENTO

2.1 ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Os estudos topográficos objetivaram os levantamentos necessários ao desenvolvimento do projeto do plani-altimétrico. Desta forma o levantamento realizou-se em três fases:

- a) Locação do eixo das vias a serem pavimentadas, com piqueteamento da mesma.
- b) Nivelamento e contra-nivelamento do eixo locado.
- c) Nivelamento das seções transversais.

2.2 ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Os estudos geotécnicos visaram caracterizar o sub-leito existente, orientando desta forma o dimensionamento do pavimento.

Foram executados os ensaios dos materiais para pavimentação conforme especificações das normas técnicas da ABNT e DNER (atual D.N.I.T.).

A metodologia empregada para a realização dos ensaios foi executada nos seguintes ordens:

- Foi criada uma malha de pontos na área a ser pavimentada de forma a cobrir todas as ruas a serem pavimentadas.
- Coleta do material do sub-leito existente, para sua caracterização, através de ensaios laboratórios.

Ensaio de caracterização realizados no sub-leito:

- Compactação (proctor normal)
- Índice de Suporte Califórnia (CBR)
- Granulometria para peneiramento simples
- Limite de liquidez (LL)
- Índice de plasticidade (IP)

Ensaio de caracterização de material de jazidas:

- Compactação (proctor intermediário)
- Índice de Suporte Califórnia (CBR)
- Limite de liquidez (LL)
- Índice de plasticidade (IP)
- Granulometria para peneiramento simples

2.3 PROJETO GEOMÉTRICO:

O projeto Geométrico foi elaborado segundo as normas do antigo Departamento Nacional e Estradas de Rodagem (DNER), atual D.N.I.T., IS – 40.

2.4 PROJETO DE TERRAPLENAGEM

A região a ser pavimentada é uma planície, para os cálculos das áreas de aterro e cortes foram considerados taludes de 3:2.

Para determinação dos volumes utilizou-se o método das médias das áreas.

3.0 - CONCEITOS GERAIS

3.1 REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO

3.1.1 – Generalidades: esta especificação se aplica a regularização do sub-leito da área a pavimentar, com terraplenagem já concluída.

Regularização é a operação destinada a conformar o leito do terreno quando necessário transversal e longitudinal indicando no projeto. É uma operação que será executada prévia e isoladamente da construção de outra camada do pavimento.

3.1.2 – Materiais: os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os próprios. No caso de distribuição ou adicional de material, estes deverão ter um diâmetro máximo de particular igual ou inferior a 76 mm, um Índice de Suporte Califórnia determinado com a energia do método DNER-ME 049/94, igual ou superior o material considerado, no dimensionamento do pavimento como representativo no trecho em causa e expansão inferior a 2%.

3.1.3– EQUIPAMENTOS: são indicados os seguintes tipos de equipamentos para a regularização:

- Moto niveladora com escarificador;
- Carro tanque com distribuição de água;
- Rolos compactadores tipos Pé de Carneiros, vibratório;
- Trator Agrícola c/grade de Discos.

3.2 – Execução: toda vegetação e material orgânico serão removidos.

Após a execução dos cortes e adição de material para atingir o greide do projeto, procedesse a o nivelamento geral do trecho a ser executado, seguido de adição de água com caminhão pipa, ouse necessário secagem do material com gradeamento de trator de pneus, para se atingir o grau de umidade desejada, compactação e acabamento.

Os aterros além dos 20 cm máximos serão executados de acordo com as especificações de terraplanagem.

3.3 BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

3.3.1 – Generalidades: esta especificação se aplica a execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos e materiais britados, a jazida indicada pelo Memorial de Cálculo esta a 25,8 km da obra, na Cidade de Várzea Grande /MT.

3.3.2 Materiais: para o projeto será utilizado material laterítico na base , este material ao longo do tempo comprova-se uma resistência ao cisalhamento e um aumento considerável de suesuporte por se tratar de um material que contém óxido de ferro, alumínio e magnésio, que torna as partículas quimicamente ligadas, devendo apresentar especificações mínimas, de acordo como Memorial de Cálculo, CBR>60.

Os materiais da base devem apresentar uma das seguintes características:

Tipos	I				II	
Peneiras #	A	B	C	D	E	F
2"	100	100	–	–	–	–
1"	–	75–90	100	100	100	100
3/8"	30– 65	40–75	50–85	60–100	–	–
N° 4	25– 55	30–60	35–65	50–85	55–100	70–100
N° 10	15– 40	20–45	25–50	40–70	40–100	55–100
N° 40	8–20	15–30	15–30	25–45	20–50	30–70
N° 200	2–8	5–20	5–15	10–25	6–20	8–25

3.3.3 – Equipamentos: são indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da base.

- Motoniveladora pesada com escarificador;
- Carro tanque com distribuição de água;
- Rolos compactadores tipos Pé de Carneiros, vibratório;
- Trator Agrícola c/ Grade de disco.

3.3.4 - Execução: compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados.

Quando houver a necessidade camada de base com espessura superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima da base será de 10 cm após a compactação.

O grau de compactação deverá ser o mínimo de 100% em relação à massa específica aparente, seca máxima, obtida no ensaio do D.N.E.R. (atual D.N.I.T.)– ME 092-94, e o teor de umidade deverá ser ótimo do ensaio $\pm 2\%$.

3.3.5 - Controle tecnológico:

Determinação da massa específica aparente “in situ” com espaçamento máximo de 200m pista, nos pontos onde foram coletadas as amostras para os ensaios de compactação.

- Ensaio de caracterização, (LL, LP, granulometria) segundo os métodos do D.N.E.R. (atual D.N.I.T.) – DNER-ME 122/94, DNER-ME082/94, DNER-ME 051/94, respectivamente com espaçamento máximo de 500m da pista.
- Ensaio de Índice Suporte Califórnia com energia de compactação do método D.N.E.R. (atual D.N.I.T.) ME 049/94 com espaçamento de 1000,00 metros de pista.

- Ensaio de compactação D.N.E.R. (atual D.N.I.T.) ME 162-94, para determinação da massa específica aparente seca sendo sempre a ordem: bordo direito, eixo, bordo esquerdo, eixo, bordo direito.

3.4 IMPRIMAÇÃO:

Consiste a imprimação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando:

- Aumentar a coesão da superfície da base pela penetração do material Betuminoso empregado;
- Promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- Impermeabilizar a base.

3.4.1 – Material Utilizado: CM – 30 sendo que a taxa de aplicação deverá estar entre **0,8 lts/m² a 1,6 lts/m²**.

3.4.2 – Execução:

- Os equipamentos deverão ser examinados pela fiscalização antes do início da obra, em desconformidade com as normas não será dada às ordens de serviços até que solucione o problema.
- Deverá ser feita a varredura na base para eliminar o pó e material solto, aplicando-se em seguida o material betuminoso, observando-se que a temperatura ambiente não deverá ser inferior a 10° C, evitando-se que o processamento não seja feito em dias chuvosos ou com perspectivas de chuvas.
- A pista imprimada deverá ficar bloqueada ao acesso de carro por 48 horas estando pronta para o recebimento do tratamento superficial após este período.

3.4.3 – Controle da taxa de aplicação:

Poderá ser feita nas seguintes formas:

- a) Coloca-se na pista uma bandeja de peso e areia conhecidos, por uma simples pesagem após a passagem do carro espargidor tem-se a quantidade do material betuminoso usado.
- b) Com a utilização de uma régua de madeira graduada, onde será medido o nível de material antes e depois da aplicação, determinando a quantidade usada no trecho.

3.5 TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM CAPA SELANTE POR PENETRAÇÃO INVERTIDA.

3.5.1 – Generalidades: o tratamento superficial duplo com capa selante encontra-se especificado pelo D.N.I.T., onde sua execução consiste em;

- Aplicação do primeiro banho de emulsão asfáltica sobre a base já imprimada de acordo com a taxa de projeto;
- A emulsão asfáltica não poderá ser aplicada sob dias chuvosos ou sobre a base imprimada contendo pó e/ou materiais orgânicos como folhas de árvores ou ainda qualquer tipo de material estranho que venha a diminuir a aderência entre as camadas;
- Não poderá haver qualquer tipo de falhas de aplicação que porventura vier a formar possível defeito na pista.
- Aplicação da primeira camada de agregado graúdo de acordo com a faixa granulométrica a taxa especificada afrente.

- O agregado deverá estar livre de pó ou qualquer tipo de material que não seja constituído de sua matéria prima;
- Não poderá haver excesso ou falta de material que em desconformidade venha a causar falhar de resistência no pavimento;
- Compactação da primeira camada de forma a comprimir os agregados junto à emulsão asfáltica e a base já imprimada, causando assim um cravamento dos grãos à base;
- Aplicação do segundo banho de emulsão asfáltica sobre a primeira camada de acordo com as taxa de projetos e seguindo mesmos cuidados da primeira aplicação;
- Aplicação da segunda taxa de agregado de acordo a taxa granulométrica e a taxa especificada no projeto.
- Compactação da segunda camada de forma a comprimir o agregado junto a primeira camada;
- Aplicação do terceiro banho de emulsão asfáltica sobre a Segunda camada de agregados, seguindo todas as especificações do primeiro e segundo banho, porém de acordo a taxa de aplicação específica no projeto;
- Compactação da terceira camada de agregado de forma a fornecer um perfeito acabamento na superfície.

3.5.2 – Materiais : todos os materiais devem satisfazer as especificações aprovadas pelo DNER e DVOP.

3.5.3 – Materiais Betuminosos: para o projeto de pavimentação deverá ser utilizada **emulsão asfáltica catiônica do tipo RR– 2C**.

3.5.4 – Agregados : Para a pavimentação os agregados deverão ser pedra brita, escória britada ou cascalho ou seixo britado. Somente um tipo de agregado será usado;

Deverá ser constituído de partículas limpas duras duráveis isenta de pó, torrões ou qualquer outro tipo de material que não seja de sua matéria prima;

O desgaste de Los Angeles não deverá ser superior a 40%, quando não houver, na região, materiais com esta qualidade, admite-se materiais com valor de desgaste até 50% ou de outro que utilizado anteriormente tenha apresentado comprovadamente, bom resultados.

O índice de forma não deverá ser superior a 0,5.

A graduação dos agregados e materiais betuminosos deve obedecer ao disposto no quando do antigo DERMAT, conforme a tabela a seguir.

Peneiramento de Malhas quadradas		FAIXAS GRANULOMÉTRICAS (percentagem em peso passando)						
COBERTURAS		I		II		III		IV
Polegada	Mm	A	B	A	B	A	B	A
1	25	100	100	—	—	—	—	—
¾	19.1	90–100	85–100	100	100	100	—	—
½	12.70	20–55	0–20	90–100	85–100	100	100	—
3/8	9.50	0–15	0–7	40–70	0–30	85–100	85–100	100
Nº 04	4.80	0–5	—	0–15	0–7	10–30	0–10	85–100
10	2.00	—	0–1	0–3	0–1	0–10	0–1	10–40
40	0.42	—	—	—	—	—	—	0–5
200	0.07	0–2	—	0–2	—	0–2	—	0–2
AGREGADO Kg/m²		22 a 27		13 a 16		8 a 12		6 a 8
EMULSÃO Lts/m²		1,3 a 1,8		1,2 a 1,5		1,0 a 1,3		0,8 a 1,1

4.0 – DIMENSIONAMENTO

4.1 – ÍNDICE DE SUPORTE

$$IS = (ISIG + ISCBR) / 2$$

Sendo,

- ISIG = Índice Suporte derivado do Índice de Grupo
- ISCBR = Índice de Suporte Califórnia

Índice de grupo	Índice de suporte
0	20
1	18
2	15
3	13
4	12
5	10
6	9
7	8
8	7
9 a 10	6
11 a 12	5
13 a 14	4
15 a 17	3
18 a 20	2

Através de resultados de laboratório, temos:

Classificação Índice de Grupo, segundo Highway Research Board(HBR).

1ª Amostra

$$IG = 1,1$$

Classificação segundo HBR = **A-4**.

Temos IG médio=1, assim ISIG=18.

Segundo ensaios de laboratório encontramos os seguintes valores para CBR:

1ª Amostra

CBR = 8,09 %.

Adotamos ISCBR = 8,1

$IS = (8,1 + 18) / 2$

$IS = 13,04$

Como $IS > ISCBR$, adotamos ISCBR

$IS = 13,0$

Obs.: Outras amostras realizadas em anexo a este memorial

4.2 - DIMENSIONAMENTO QUANTO AO TRÁFEGO

As vias urbanas a serem pavimentadas serão classificadas de acordo com a Instrução de Projeto IP-02 - Classificação das Vias da SIURB/PMSP.

Classificação das Vias - Tráfego Leve e Médio

FUNÇÃO PREDOMINANTE	TRÁFEGO PREVISTO	VIDA DE PROJETO (ANOS)	VOLUME INICIAL DA FAIXA MAIS CARREGADA		N	N Característico
			VEICULO LEVE	CAMINHÕES E ÔNIBUS		
Via Local	Leve	10	100	4	$2,7 \times 10^4$	10^5
			a	a	a	
			400	20	$1,4 \times 10^5$	
Via Local e Coletora	Médio	10	401	21	$1,4 \times 10^5$	5×10^5
			a	a	a	
			1500	100	$6,8 \times 10^5$	

Como o bairro Nilda de Paula é um bairro com fins residenciais classifica-se como "Tráfego Leve" - *Ruas de características essencialmente residenciais, para as quais não é previsto o tráfego de Ônibus, podendo existir ocasionalmente passagens de caminhões e Ônibus em número não superior a 20 por dia, por faixa de tráfego, caracterizado por um número "N" típico de 10^5 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de projeto de 10 anos.*

4.3 CARGA LEGAL

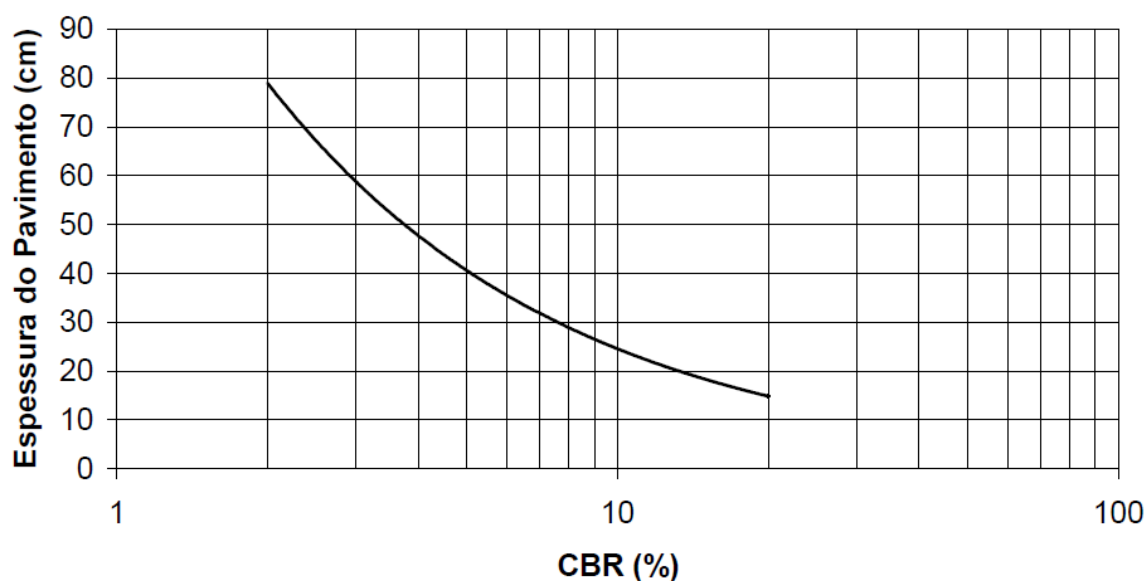
No presente método de dimensionamento, foi considerado que a carga máxima legal para o eixo simples de rodas duplas no Brasil é de 10 toneladas por eixo simples de rodagem dupla (100 kN/ESRD).

Para efeito de dimensionamento da estrutura do pavimento, os tráfegos serão caracterizados conforme indicado no item 4.2, ou seja:

. Tráfego Leve: "N" característico = 10^5 solicitações

4.4 – ESPESSURA TOTAL E ESPESSURA DAS DIVERSAS CAMADAS

Definido o tipo de tráfego do pavimento e determinado o suporte representativo do subleito, a espessura total básica do pavimento (HSL), em termos de material granular, será fixada de acordo com o ábaco da Figura, apresentado a seguir.



Para subleito de CBR=8,09% e $N = 10^5$, o ábaco de dimensionamento fornece:

Espessura do pavimento de 30 cm

Obs.: adotamos o **Tratamento Superficial Duplo com Capa Selante**, de acordo com a Tabela 3.29, pág 487 de Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de Pavimentação.

Tabela 3.29

Valores de R em função de N - adotados pelo DER-SP

N	R _{min.} (cm)	Tipo de revestimento
Até $5 \cdot 10^6$	2,5 a 3,0	Tratamento superficial
$5 \cdot 10^6$ a 10^7	2,5 a 3,0	Tratamento superficial triplo, sobre base com coesão de pré-misturado a quente (5cm)
	6,5 a 7,0	Macadame betuminoso com capa selante
10^7 a $5 \cdot 10^7$	3,0	Concreto asfáltico sobre "binder" de pré-misturado a quente (4 cm)
Mais de $5 \cdot 10^7$	5,0	Concreto asfáltico sobre "binder" (5 cm)

Coefficiente de equivalência estrutural “k”.

- Tratamento Superficial (T.S.D.) – $k = 1,2$.
- Base e Sub-base Granular – $k_{base} = 1,0$

Equação do dimensionamento:

$$R.k_r + B.k_b \leq H_{20}.$$

$$R.k_r + B.k_b + h_{20}.k_h \leq H_m.$$

Assim temos:

$$\text{Revestimento} = 2,5 \text{ cm}$$

$$\text{Base} = 15,0 \text{ cm}$$

$$\text{Sub-base} = 15,0 \text{ cm}$$

Definimos então os seguintes valores para as camadas do pavimento:

- Revestimento em T.S.D. com Capa Selante = espessura 2,5 cm.
 - Base em Cascalho (CBR>60) = espessura 15,0 cm.
 - Sub-base em Cascalho (CBR>60) = espessura 15,0 cm.
- Assim a espessura total de nosso pavimento é de 32,5 cm.

Obs: adotaremos o mesmo material para base e sub-base que é um material qualificado para ser empregado em bases.

5.0 - MEMORIAL DE DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

5.1 - OBJETIVO:

O presente memorial Refere-se a execução de regularização do sub-leito, da base e sub-base e capa asfáltica de acordo com especificações técnicas constante no memorial de cálculo.

5.2 - MOBILIZAÇÃO

A empresa contratada deverá executar os serviços preliminares tais como: placas serviços de topografia, capina, destocamento, substituição remoção ou remanejamento de canalizações existentes, serviços esses, que a firma contratada deverá inicialmente providenciar, antes da execução de qualquer obra, e de acordo com a presente instrução.

Todas as despesas decorrentes da mobilização serão de responsabilidade da empresa contratada.

5.3 - PREPARO DO SUB-LEITO

5.3.1 – DESCRIÇÃO

O preparo do Sub-leito do pavimento consistirá nos serviços necessários para que o sub-leito assuma a sua forma definida pelos alinhamentos, perfis, dimensões e seção transversal típica, estabelecida pelo projeto e para que esse sub-leito fique em condições de receber o pavimento, devido ao local da obra se tratar de vias urbanas já existentes e com grande numero demoradores e construções existentes, será feito um rebaixamento para troca de solo pois o greide final ficara muito próximo do terreno existente atualmente, este rebaixamento será feito acrescentando cinquenta centímetros para cada um dos lados da via para que haja uma folga na compactação de camadas de sub-base e base e com isto possa dar sustentação ao meio-fio e meio-fio c/sarjeta.

5.3.2 - EQUIPAMENTOS

O equipamento mínimo a ser utilizado no preparo do sub-leito para pavimentação, é o seguinte:

- Motoniveladora
- carro-tanque, equipados com conjuntos moto bombas, com capacidade para distribuir água com pressão regulável em forma de chuva, capacidade mínima de 20.000 litros;
- Compactadores vibratório CA15 OU CA25:
- Trator de Pneus, c/ Grade de Discos;
- Soquetes manuais, de qualquer tipo aprovado pela fiscalização;
- Pequenas ferramentas, tais como: enxada, pás, picaretas, etc;
- Outros equipamentos poderão ser usados, uma vez aprovados pela fiscalização.

5.3.3 – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

5.3.3.1 – Regularização

A superfície do sub-leito deverá ser executada na largura do projeto com a motoniveladora, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos do projeto.

As pedras ou matacões encontrados por ocasião da regularização deverá ser removida, devendo ser o volume por ele ocupado, preenchido por solo adjacente.

Será feito o nivelamento do trecho a ser executado, e em seguida umidecido até que o material atinja o teor de umidade mais conveniente ao seu adensamento, se houver excesso de umidade deverá ser feito aeramento com trator de pneus e grade de discos para atingir o grau de umidade desejado. Caberá a fiscalização a liberação dos trechos para a compactação.

Nos lugares inacessíveis aos compressores ou onde seu emprego não for recomendável, a compressão deverá ser feita por meio de soquetes.

5.3.3.2 – Acabamento

O acabamento poderá ser feito à mão ou a máquina e será verificado com auxílio da topografia que eventualmente acusará saliências e depressões a serem corrigidas.

Feitas às correções, caso ainda haja excesso de material deverá o mesmo ser removido para fora do leito e refeita a verificação do perfil através da topografia.

Esta operação de acabamento deverá ser repetida até que o sub-leito se apresente, de acordo com projeto.

Não será permitido trânsito algum sobre o sub-leito já preparado.

5.3.4 – CONTROLE TECNOLÓGICO

Será Executado pela empresa executora e fiscalizado pela Prefeitura Municipal.

5.3.5 – PROTEÇÃO DA OBRA

Durante todo período de construção, até seu recobrimento, o sub-leito deverá ser protegido contra os agentes atmosféricos e outros que possam danificar.

5.3.6 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O sub-leito preparado deverá ser aprovado pela fiscalização, para fins de recebimento.

O perfil longitudinal do sub-leito preparado não deverá afastar-se dos perfis estabelecidos pelo projeto estabelecidos demais de 1 cm, por estaca.

A tolerância para o perfil transversal é a mesma, sendo averificação feita com linha, ligada ao nível das estacas.

5.4.1 – EXECUÇÃO DA BASE / SUB-BASE

5.4.2 – Material

O material a ser usado como sub-base deve ser uniforme, homogêneo e possuir característica (IG e CBR) de acordo com o memorial de cálculo.

5.4.3 – Método de construção

O sub-leito sobre o qual será executada a sub-base, deverá estar perfeitamente regularizada e consolidada.

O material importado será distribuído uniformemente sobre o sub-leito, devendo ser destorroado nos casos de correção de umidade, até que pelo menos 60% do total de peso, excluído o material graúdo, passe na peneira nº 4 (4,8 mm).

Caso o teor de umidade do material destorroado seja superior a 1 % ao teor ótimo determinado pelo ensaio de compactação, procedesse-se a aeração do mesmo, com equipamento adequado, até reduzir aquele limite.

Caso o teor de umidade do material destorroado seja inferior a 1 % ao teor ótimo de umidade acima referido, será procedida à irrigação até alcançar aquele valor. Concomitantemente com a irrigação deverá ser executada a homogeneização do material, a fim de garantir a uniformidade de umidade.

O material umedecido e homogeneizado será distribuído de forma regular e uniforme em toda a largura do leito, de tal forma que após a compactação, sua espessura não exceda de 15 cm.

A compactação será procedida por equipamento adequado ao tipo de solo, rolo pé-de-carneiro, vibratório, e deverá progredir das bordas para o centro da faixa, nos trechos retos ou das mais baixas para as mais altas nas curvas, paralelamente ao eixo da faixa a ser pavimentada.

A compactação do material em cada camada deverá ser feita de tal maneira a obter uma densidade aparente seca, não inferior a 100% de densidade máxima determinada no ensaio de compactação.

Concluída a compactação da sub-base, sua superfície deverá ser regularizada com a motoniveladora, de forma que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos do projeto, sendo comprimido com equipamento adequado, até que se apresente lisa e isenta de partes soltas.

As cotas de projetos do eixo longitudinal da sub-base, não deverão apresentar variações superiores a 1,5 cm.

As cotas de projetos das bordas das seções transversais da sub-base não deverão apresentar variações superiores a 1 cm.

5.4.4 - CONTROLE DE EXECUÇÃO

Far-se-á uma determinação do grau de compactação em cada 400m² de área compactada, com um mínimo de três determinações para cada trecho.

A média dos valores obtidos deverá ser igual ou superior a 100% da densidade máxima determinada pelo ensaio, não sendo permitido valores inferiores a 98% em pontos isolados.

As verificações das densidades aparentes secas, alcançadas na sub-base serão executadas de acordo com os métodos DNER-ME194/98, DNER-ME 195/97 ou DNER-ME 196/98.

Os trechos da sub-base, que não apresentarem devidamente compactados de acordo com o grau de compactação indicado neste item deverão ser escarificadas, e os materiais pulverizados, convenientemente misturados e recompactados.

Será Executado pela empresa executora e fiscalizado pela Prefeitura Municipal.

5.5.1 – IMPERMEABILIZAÇÃO

5.5.2 – OBJETIVO

A imprimação impermeabilizante betuminosa consistirá na aplicação de material betuminoso de baixa viscosidade, diretamente sobre a base que irá receber o revestimento betuminoso.

5.5.3 – A IMPRIMAÇÃO DEVERÁ OBEDECER ÀS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- I – varredura e limpeza da superfície;
- II – secagem da superfície;
- III – distribuição do material betuminoso;

IV – repouso da imprimação.

5.5.4 – MATERIAIS

5.5.4.1 – Materiais Betuminosos

O material betuminoso, para efeito da presente instrução, está definido no memorial de cálculo.

Os materiais betuminosos referidos, deverão estar isento de água obedecerem respectivamente a DNER-ME 150/94.

5.5.5 – Equipamento

O equipamento necessário para a execução da imprimação impermeabilizante betuminosa, deverá consistir de vassourões manuais ou vassoura mecânica, equipamento para material betuminoso, quando necessário, distribuidor de material betuminoso sob pressão e/ou distribuidor manual de material betuminoso.

5.5.5.1 – Vassourões manuais – deverão ser em número suficiente para o bom andamento dos serviços e ter os fios suficientes duros, para varrer a superfície sem cortá-la.

5.5.5.2 – Vassoura mecânica – deverá ser constituído de modo que a vassoura possa ser regulada e fixada em relação à superfície a ser varrida, e possa varrê-la perfeitamente, sem cortá-la ou danificá-la de qualquer maneira.

5.5.5.3 – Equipamento para material betuminoso - deverá ser de tal que aqueça e mantenha o material betuminoso, de maneira que satisfaça aos requisitos do memorial de cálculo; deverá ser provido pelo menos, um termômetro, sensível a 1° C, para determinação das temperaturas do material betuminoso.

5.5.5.4 – Distribuidor de material betuminoso sob pressão - deverá ser equipados com barras espargidoras, a ter sido protegido a funcionar, de maneira que distribua o material betuminoso em jato uniforme, sem falhas, nas quantidades entre os limites de temperatura estabelecidos no memorial de cálculo.

5.5.5.5– Distribuidor manual de material betuminoso – será a mangueira apropriada do distribuidor de material betuminoso.

5.5.6 - VARREDURA E LIMPEZA DA SUPERFÍCIE

A varredura da superfície a ser imprimada, deverá ser feita com vassourões manuais ou vassoura mecânica e de modo que remova completamente toda a terra, poeira e outros materiais estranhos.

A limpeza deverá ser feita em tempo suficiente para permitir que a superfície segue perfeitamente, antes da aplicação do material betuminoso, no caso de serem aplicados.

O material removido pela limpeza terá destino que a fiscalização determinar.

Deverá ser feita nova aplicação de material betuminoso nos lugares onde, a juízo da fiscalização houver deficiência dele.

5.5.7 – REPOUSO DE IMPRIMAÇÃO

Depois de aplicado, a imprimação deverá permanecer em repouso durante o período de 24 horas, pelo menos. Esses períodos poderão ser aumentados pela fiscalização, em tempo frio.

A superfície imprimida deverá ser conservada em perfeitas condições, até que seja colocado o revestimento.

O controle tecnológico será Executado pela empresa executora e fiscalizado pela Prefeitura.

5.6.1 – TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO COM CAPA SELANTE POR PENETRAÇÃO INVERTIDA.

Conforme descrito anteriormente no item (3.4 até 3.4.4)

5.6.1 – Equipamentos: Todos os equipamentos antes do início da execução dos serviços deverão ser examinados, devendo estar de acordo com esta especificação.

5.6.2 – Execução: não poderá ser executado o serviço durante os dias de chuvas. O material betuminoso só poderá ser aplicado quando a temperatura estiver acima de 10° C.

A faixa de temperatura recomendada para aplicação do material asfáltico esta relacionada com a viscosidade do material, recomenda-se à aplicação nos limites de 30° a 50° C.

5.6.3 – Controle: todos os materiais deverão ser examinados em laboratórios obedecendo à metodologia do DNER, e satisfazer as especificações em vigor.

5.6.4 – Controle de qualidade do material betuminoso: o controle do material betuminoso constará do seguinte:

- Ensaio de viscosidade Saybol Furol, para todo o material asfáltico que chegar na obra;
- Ensaio de resíduos por Evaporação para todo o carregamento que chegar na obra.
- Ensaio de sedimentação para todo o carregamento que chegar a obra;
- Ensaio de sedimentação para 100 ton.

5.6.5 – Controle de qualidade dos agregados: o controle de qualidade dos agregados constará dos seguintes itens:

- Duas análises granulométrica para cada dia de trabalho;
- Um ensaio de índice de forma para 900 m³;
- Um ensaio de densidade para cada 900 m³.

5.6.6 – Controle de temperatura de aplicação do ligante betuminoso: a temperatura de aplicação deverá ser especificada, para cada tipo de material betuminoso em uso.

5.6.7 – Controle de quantidade do ligante betuminoso: o controle da quantidade do material betuminoso será feito mediante a pesagem do carro distribuidor, antes e depois da material betuminoso. Não sendo possível a realização do controle de qualidade por este método, admite-se as seguintes modalidades:

a) – Coloca-se na pista uma bandeja de peso e área conhecidos, mediante a uma pesagem, após a passagem do carro espargidor, tem-se a qualidade do material betuminoso utilizado.

b) – Utilizando-se uma régua de madeira graduada, determina-se o volume de material utilizado com uma tomada de medida antes ou depois da aplicação.

5.6.8 – Controle de qualidade e uniformidade do agregado:

Devem ser feitos para cada dia de operação pelo menos dois controles de qualidade de agregado aplicado. Este controle é feito colocando-se na pista alternadamente, recipiente de peso e áreas conhecidas, por simples pesagem tem-se a taxa de quilos por metros quadrados, com este mesmo material deverá ser feito o ensaio de granulometria, que controlará a uniformidade do material.

5.6.9 – Controle de uniformidade de aplicação do material betuminoso:

Deve ser feita uma descarga do espargidor de 15 a 30 segundos, para que a barra do espargidor fique com todos os seus bicos desentupidos, verificando se o mesmo após a descarga algum bico espargidor está entupido, se estiver deverá ser retirado e substituído por outro sem defeitos.

O controle tecnológico será Executado pela empresa executora e fiscalizado pela Prefeitura.

5.6.10 – Controle geométrico:

O controle geométrico do tratamento superficial deverá de uma verificação do acabamento da superfície. Esta será feita com duas réguas uma de 1 metro e a outra de 3 metros de comprimentos, colocadas em ângulos retos e paralelamente ao eixo da estrada respectivamente. A variação da superfície entre dois pontos quaisquer de controle não deverá exceder 0,50 cm quando verificado com qualquer das duas réguas.

5.7.1 – Limpeza Geral Da Obra

A obra deverá ser entregues limpa e livre de entulhos, pedras, ou matacões execução da base e sub-base.

Os canteiros devem estar limpos e nivelados a partir da cota de topo de meio-fio; os passeios devem estar limpos e aterrados ou cortados, a partir da cota de topo de meio-fio até o alinhamento predial.

A obra será recebida pelo órgão fiscalizador podendo o mesmo desaprovar e solicitar exigências não cumpridas nos projetos ou neste memorial.

6.0 - PROJETO DE DRENAGEM

6.1. - ELEMENTOS DE CONSULTA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO.

6.1.1 - Estudos topográficos.

Inicialmente foi realizado o projeto topográfico da área a ser drenada, ou seja, levantamento planialtimétrico, assim como a partir da locação e nivelamento do eixo das vias a serem pavimentadas, obedecendo ao estaqueamento a cada 20m, amarrados a RN's distribuídos ao longo de toda a área.

Traçaram-se perfis longitudinais de todas as ruas e avenidas envolvidas na área de interesse ao projeto.

A partir destes dados obteve-se o greide definitivo das vias, possibilitando assim a determinação das inclinações, elemento importante na elaboração do projeto.

As cotas topográficas foram baseadas no projeto planialtimétrico na fase de implantação, prevê-se que as adequações foram necessárias em relação ao projeto.

6.2 - Características

A finalidade do presente é apresentar as soluções de viabilidade técnica para o problema decorrente das águas de chuvas de forma a evitar que volumes excessivos se escoem pelas vias públicas ocasionando problemas de trânsito de veículos e pedestres afetando a vias com problemas erosivos, ou acumulando em lugares impróprios, causando fontes de desenvolvimento de doenças infecta contagiosa e a não propagação de algumas doenças de veiculação hídrica privando os usuários de comodidade.

6.3 - Área a ser Drenada

A área a ser drenada, localiza-se no Loteamento Bairro Nilda de Paula, dentro de área suburbana com declividade para a sarjeta a jusante da via, lado esquerdo e direito, conforme planta anexa. "Coordenadas Geográficas: 15°37'24.29" S e 56°11'57.23"O que representam Latitude e Longitude de localização.

6.4 - Concepção Adotada:

6.4.1 - Análise da área da vias

A vias constituem em uma área semi-plana com declividade existente para possibilitar o escoamento das águas pluviais. Deverá ser observada as cotas em cada boca de lobo, seguindo a própria inclinação da via.

6.4.2 - A via Pública

As vias são de pista simples e o projeto de drenagem a que estamos propondo visa resolver os problemas de escoamento de água pluvial, com a implantação de unidades de bocas de lobo, meio fio e sarjeta.

6.5 - Dados Básicos Para o Dimensionamento do Sistema Coletor de Transporte das Águas Pluviais

6.5.1 - Período de Recorrência

O período de recorrência utilizado no dimensionamento da rede coletor é de dois anos para área residencial, parâmetros aconselhados para este tipo de projeto, por órgãos estaduais e federais.

6.5.2 - Tempo de Concentração

Consiste no tempo requerido para o deflúvio escoar sobre a superfície, desde os pontos mais a montante da bacia contribuinte até atingir a primeira boca de lobo (tempo de escoamento superficial), acrescido os tempos em que às águas levam para se escoarem desta boca de lobo a seção considerada (tempo de escoamento nas galerias).

O tempo de escoamento superficial para os trechos de início da rede coletora foi considerado de 10 **minutos**, para os trechos de montante somou-se ao tempo de deslocamento nas galerias, obtido através da fórmula:

$$T = L/V \times 60'$$

Onde:

L = a extensão percorrida

V = a velocidade de escoamento adotada.

6.5.3 - Coeficiente de Escoamento Superficial

Para a obtenção de escoamento superficial, adotou-se os valores, de acordo com o tipo de ocupação da área.

Tabela - Coeficiente de Deflúvio

a) de acordo com o revestimento da superfície

Natureza da Superfície	Coeficiente "C"
- pavimentadas com concreto	0,80 a 0,95
- asfaltadas em bom estado	0,85 a 0,95
- asfaltadas e má conservadas	0,70 a 0,85
- pavimentadas com paralelepípedos rejuntados	0,75 a 0,85
- pavimentadas com paralelepípedos não rejuntados	0,50 a 0,70
- pavimentadas com pedras irregulares e sem rejuntamento	0,40 a 0,50
- macadamizadas	0,25 a 0,60
- encascalhadas	0,15 a 0,30
- passeios públicos (calçadas)	0,75 a 0,85
- telhados	0,75 a 0,95
- terrenos livres e ajardinados	

1) solos arenosos

$I \leq 2\%$	0,05 a 0,10
$2\% < I < 7\%$	0,10 a 0,15
$I \geq 7\%$	0,15 a 0,20

2) solos pesados

$I \leq 2\%$	0,15 a 0,20
$2\% < I < 7\%$	0,20 a 0,25
$I \geq 7\%$	0,25 a 0,30

b) de acordo com a ocupação da área

- áreas centrais, densamente construídas, com ruas pavimentadas	0,70 a 0,90
- áreas adjacentes ao centro, com ruas pavimentadas	0,50 a 0,70
- áreas residenciais com casas isoladas	0,25 a 0,50
- áreas suburbanas pouco edificadas	0,10 a 0,20

Desta forma, adotaremos o coeficiente mediano: 0,60

6.5.4 - Áreas Contribuintes

O procedimento adotado para a avaliação das áreas de contribuição para um determinado poço de visita teve obediência às condicionantes topográficas dos quarteirões, como também para alocação das bocas de lobo dupla do referido poço de visita.

A dimensão das áreas contribuintes foi obtida através da planta topográfica.

6.5.5 - Índice Pluviométrico

Para o cálculo de contribuição específica, adotou-se os dados de chuvas convectivas com um tempo de recorrência de **dez anos** para área residencial.

Os valores foram obtidos das Curvas de Intensidade-Duração e Frequência da Capital, com os dados levantados no posto Cuiabá a 15º 35 min de latitude e 56º 6 min de longitude do livro manual de drenagem da CETESB.

6.5.6 - Método de Obtenção das Contribuições

Para a distribuição dos valores das contribuições nos diversos pontos, utilizou-se a fórmula que traduz o método racional.

$$Q = D \times C \times L \times A / 0,36$$

Onde:

Q= deflúvio no ponto considerado (l/s)

C= coeficiente de escoamento superficial médio

I = intensidade de precipitação (mm/h)

A= área da bacia contribuinte na secção (ha)

O valor, coeficiente de dispersão D não foi levado em conta pelas dimensões das áreas bacias contribuintes.

6.5.7 - Método de Dimensionamento dos Coletores

De posse dos valores das vazões das sub-bacias contribuintes, os diâmetros dos coletores foram obtidos através da fórmula de Manning:

$$d = 1,55 \left[\frac{(Q \times n)}{I} \right]^{\frac{3}{8}}$$

Onde:

d = diâmetro interno do tubo em metros.

Q = vazão em m³/s

I = declividade (m/m)

n = coeficiente de rugosidade da material, adotado o valor de 0,015.

6.5.7.1 - As velocidades limites

As velocidades limites obedecidas foram:

- **Velocidade mínima recomendada = 0,75 m/s**
- **Velocidade máxima recomendada = 5,00 m/s**

Os tubos serão do tipo macho-fêmea, nos diâmetros de 400 a 1500 mm.

6.5.8 - Bocas de Lobo

Com a finalidade de captar as águas provenientes do interior da via projetou-se bocas de lobo em pontos conveniente. As bocas de lobo foram locadas de acordo com a topografia do terreno e em pontos estratégicos, junto ao meio fio.

Para se determinar o número de bocas de lobo é necessário, verificar o escoamento superficial que a via pública suporta sem inundar a calçada.

Neste projeto indicou-se a utilização **de bocas de lobo tipo dupla**.

As bocas de lobo possuirão rebaixo de 12 cm para aumentar a capacidade de engolimento.

6.5.9 - Capacidade Admissível de Escoamento pelas Sarjetas das Ruas e Avenidas

Equação de Izzard

$$Q = 0,37(z/n)y^{\frac{3}{8}} \times i^{\frac{1}{2}}$$

Onde:

Q = é a vazão que escoar na sarjeta (m^3/s)

z = é o inverso da declividade longitudinal

n = 0,016 (coeficiente de rugosidade do pavimento)

Adotou-se uma declividade de 5% para as sarjetas e de 3% para o pavimento e a equação de escoamento superficial é a seguinte: **$Q = 1,08 i^{1/2}$**

I = (m/m)	Vazão (l/s)
0,0030	59
0,0035	64
0,0040	68
0,0050	76
0,010	108

Para se determinar o comprimento da boca de lobo foi utilizado método Hsiung-Li e adotando uma depressão a = 12 cm.

$$Q/L = (K+C) \times (Y\% \times g^{1/2})$$

Utilizando-se de calculadora com programa básico para o cálculo de engolimento em função da vazão na sarjeta, que não pode ultrapassar os valores das vazões das tabelas apresentadas acima para as características das ruas do empreendimento. As bocas de lobo serão em alvenaria de uma vez, de tijolos maciços, assentes com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O fundo da caixa da boca de lobo será em concreto simples no traço 1:2: 4 com fck 150 kg/cm^2 aos sete dias.

As paredes internas serão revestidas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

As tubulações das ligações entre as bocas de lobo e destas aos poços de visita, serão executadas com tubos de concreto com armadura simples com diâmetro igual a 40 cm declividade mínima de 1%.

O recobrimento mínimo dos tubos em relação à cota do pavimento é igual a 0,60m, a partir da boca de lobo em direção ao poço de visita, em casos especiais poderão ser adotados recobrimentos menores.

6.5.10 - Poços de Visita

Os poços de visita, para início de trecho, deram-se a denominação de poço de visita, os quais recebem as tubulações de ligações das bocas de lobo.

Os poços de visita ou queda serão em alvenaria de 1 vez, com escada tipo marinho, com ferro liso CA-50, $\emptyset \frac{5}{8}$.

O fundo dos poços será bem compactado e após será feito uma laje de concreto com fck =150 MPA aos sete dias.

Os tijolos maciços das paredes serão assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e revestidos inteiramente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 de revestidos inteiramente com argamassa do mesmo traço.

Os poços de visita terão profundidade mínima de 1,60 m.

Nas profundidades superiores terão chaminé em tubo de concreto de diâmetro 600 mm.

As lajes das tampas dos poços de visita e das caixas de ligação serão moldadas in loco, em concreto armado, com espessura mínima de 10 centímetros. A ferragem será o CA-50 $\emptyset$, armada em cruz, com espaçamento de 15 centímetros. O concreto deverá apresentar fck 180 MPA após sete dias.

7.0 – MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRA DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS

7.1 - Preliminares

7.1.1 - Objeto

As presentes especificações referem-se aos serviços necessários para a execução das obras de Galerias de Águas Pluviais, bem como fixa as normas mínimas e indica as principais características dos materiais a serem empregados.

7.1.2 - Generalidades

A execução dos serviços obedecerá as normas da ABNT – NBR 12266 e as normas e instruções complementares que forem fornecidas pela fiscalização.

Caberá a empreiteira a responsabilidade da segurança e da boa execução das obras, ficando a seu critério a elaboração do planejamento dos trabalhos bem como a escolha do equipamento auxiliar de construção, como melhor lhe convier.

O empreendedor, entretanto, poderá exigir o equipamento mínimo, visando à obtenção do ritmo de trabalho programado e a perfeição da execução das obras.

7.2 - Descrição dos Serviços

7.2.1 – Generalidades

a) A empreiteira devesse permitir a fiscalização, espontânea e de todas as formas, o cabal desempenho das suas funções dentro destas especificações, do contrato e, nos casos omissos ou imprevistos, dentro das normas de boa técnica.

b) A empreiteira devesse colocar a disposição da fiscalização todos os meios de qualquer natureza, necessários e aptos a permitir o controle dos serviços executados e daqueles em execução das instalações das obras, dos materiais dos equipamentos.

c) Ficam reservados à fiscalização o acerto e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não, previsto no contrato, nestas especificações, no projeto em tudo mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente com a obra em questão. Em caso de dúvida a fiscalização submeterá o assunto à instância superior.

d) Os trabalhos que forem rejeitados pelo empreendedor, deverão ser refeitos pela Empreiteira, sem ônus para o empreendedor.

7.2.2 - Instalações e Serviços Preparatórios

Compreendem de um modo geral, os meios necessários á realização integral da obra, tais como:

a) fornecimento, transporte e instalações de todas as máquinas e equipamentos necessários para bom funcionamento da obra;

b) barracões para escritório, alojamento, refeitório, depósitos de materiais, garagem, oficina, etc., dimensionados e localizados de modo a atender ás necessidades reais da obra e sujeitos á aprovação da fiscalização.

c) execução de placas relativas a obras, de acordo com os desenhos padrões do CREA - MT, ou outros desenhos que venham a ser apresentados pelo empreendedor, sendo obrigatória á colocação a manutenção das mesmas em cada frente de trabalho além da placa principal que deverá ser colocada junto ao escritório da obra.

7.3 - Materiais a Empregar

7.3.1 -Condições Gerais

Todo o material a serem empregados na obra deverá ser novo comprovadamente de primeira qualidade, e satisfazer rigorosamente a estas especificações:

Ao interromper

- a) Deixar barras de ferro cravadas na superfície interrompidas;
- b) Procurar deixar a face interrompida a mais áspera possível;

Ao reiniciar

- a) Remover a nata de cimento e a areia existente em toda a superfície interrompida;
- b) Limpar a ferrugem deixada cravada e limpar completamente a junta.

7.3.2 - Ferragem

Para amarrações, empregar-se-á o arame recozido nº 18.

As barras das armaduras deverão ser limpas de ferrugem, poeira ou quaisquer substâncias nocivas que venham a diminuir sua aderência ao concreto.

Além das recomendações acima indicadas, deverão ser obedecidas as recomendações da NB-1 ou sua sucessora.

7.4 - Dos Serviços Propriamente Ditos

7.4.1 - Disposições Gerais

O emprego de qualquer dos materiais básicos adiante relacionados, estará sujeito á fiscalização, que decidira sobre a utilização, face as Normas Brasileiras, ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos credenciados.

7.4.2 - Especificações

a) Água

Só deverá ser utilizada água isenta de sais alcalinos, dos graxos ou outras substâncias que venham prejudicar a pega do concreto e da argamassa.

b) Agregados miúdos

b.1) para concreto.

A areia a ser utilizada será sílico-quartzosas, limpa de grãos angulosos, isenta de materiais estranhos e, quando submetida a ensaio de decantação, não devesse perder mais do que 3% do próprio peso.

Será de granulometria média de jazida natural.

Deverão satisfazer a EB-4 da ABNT e às necessidades de dosagem adotadas para cada caso.

b.2) para argamassa

Deverão ser fina peneirada, de jazida natural, sílico-quartzosa e limpa.

c) aço para as armaduras

As barras deverão ser bitoladas e limpas. Não devesse ter revestimento de pintura, argila, alcatrão, ferrugens com óleo.

d) agregados graúdos

A pedra britada utilizada deverá provir de rocha sã, não alterada bem classificada, ser resistente, de fratura angulosa, de superfície não vítrea.

Deverá ser limpa, isenta de impurezas, matérias orgânicas, carvão, sais, argilas ou outras substâncias que possam prejudicar a resistência e o endurecimento do concreto.

e) cimento Portland

O cimento será de fabricação recente e de boa procedência, só sendo aceito na obra com acondicionamento da fábrica, embalagem e rotulagem intacta, contendo a marca o peso e o local da fabricação.

f) cal hidratada

Deverá ser depositada na obra na embalagem original de fábrica.

g) madeira

Deverá ser utilizada madeira desempenada, com dimensões e qualidades que possam garantir a segurança aos operários.

h) tijolos

Os tijolos a serem utilizados na execução de alvenaria, deverão ser bem cozidos, possuírem sonoridade e duros. As arestas deverão ser vivas, as faces planas, a porosidade não deverá ultrapassar a 2% e suas dimensões serem rigorosamente uniformes.

i) tubos

Os tubos deverão obedecer, no seu recebimento e emprego, as especificações da ABNT.

Através de exame visual, não deverão apresentar irregularidade de fabricação, como seja: fendas, falhas, queimas, saliências, curvaturas, depressões, etc.

7.5 - Execução dos Serviços

A execução dos serviços deverão obedecer as recomendações seguintes:

7.5.1 - Concreto

7.5.1.1 - Concreto Magro

Será de modo geral para lastro e em todas as peças que ficarem diretamente afixadas no terreno. O traço utilizando será 1:3:6 lançado, sobre base de pedra britada após apiloamento conveniente do terreno.

7.5.1.2 - Concreto Estrutural

Não serão permitidas concretagem, sem prévio exame das formas por parte da fiscalização e cujo exame estender-se-á às ferragens e materiais a serem utilizados.

3.5.2 - Retirada das Formas

A retirada da forma será feita dentro do estabelecimento pelas normas da ABNT ou a critério da fiscalização.

7.5.3 - Lançamento

O concreto deverá ser lançado logo após a mistura, não sendo permitido, entre argamassa e lançamento, intervalo superior a trinta minutos.

Em nenhuma hipótese será permitido o uso do concreto remisturado, assim cada carga betoneira deverá ser totalmente utilizada para que a próxima seja carregada.

Antes do lançamento as formas deverão ser completamente molhadas, limpas e perfeitamente estanques para não permitir a fuga do cimento. A altura não deverá ultrapassar a 1,5m para com altura superior, deverão ser previstas janelas que serão perfeitamente fechadas à medida que avança a concretagem.

7.5.4 - Precauções Necessárias

O projeto deverá ser respeitado em todas as suas determinações e as modificações que se fizeram necessário deverão ser notificadas, por escrito, com a devida antecedência, para que a fiscalização tome conhecimento e autorize.

A execução dos serviços deverá ser feita segundo estas especificações e os casos omissos serão resolvidos a critério da fiscalização.

A mão de obra deverá ser realizada por operários especializados, ficando inteiramente a critério de a fiscalização impugnar qualquer trabalho em execução ou executado que não obedeça a às condições aqui exposta.

7.5.5 - Locação dos Coletores

De posse das plantas integrantes o projeto da obra, deve-se inicialmente, proceder á locação dos eixos dos coletores, partindo, em cada, trecho, de jusante para montante e utilizando-se um aparelho, apropriado com este objetivo.

Os serviços de referência, alinhamento e pontos característicos da obra serão assinados no terreno, por meio de marcos adequados, que serão assentados de 20 em 20 metros, alinhados com teodolito, as medidas tomadas com trena de aço e devidamente amarrados a testemunhas permanentes, de modo a ficarem bem definidos e fixados.

O nivelamento será feito com nível de topógrafo, tomando-se a referência de nível levantamento para o projeto, distribuindo, igualmente, por todo o alinhamento dos coletores referências de nível em número suficiente para permitirem uma ampla verificação de todas as cotas.

Mas onde os coletores são de maior diâmetro, é necessário o máximo cuidado no nivelamento base dos trabalhos devido ás pequenas declividades dos gradientes.

Deverão ser obedecidos rigorosamente os alinhamentos e as cotas definidas no projeto.

7.5.6 - Escavação

Os trabalhos de escavação serão executados de forma manual ou mecânica, de acordo com as conviências da Empreiteira, verificando-se, porém os interesses da fiscalização, conforme as declividade e cotas contidas nos perfis dos coletores ou ramais.

As escavações para coletores e emissários serão feitas em taludes verticais e largura mínima de escavação da vala será de 1,5 vezes o diâmetro do coletor a ser assentado. As valas para as ligações das bocas de lobo, bem como dos coletores situados próximos a residências, terão seus taludes na vertical e deverão ser escorados quando a profundidade ultrapassar a 2,00m.

Essas escavações deverão permanecer abertas o menor intervalo de tempo possível.

O serviço será conduzido de tal modo, que haja drenagem natural das cavas, utilizando-se a própria rede em construção. Para isso, o sentido da escavação em cada trecho deverá ser adotado sempre que possível, de jusante para montante.

Cuidados especiais deverão ser tomados nas escavações em terrenos rochosos. O desmonte a fogo será feito sob orientação exclusiva da fiscalização e de forma a não causar danos ás moradias próximas do local das obras.

O comprimento das minas e sua carga serão determinados á vista das condições locais.

7.5.7 - Localização do Material Escavado

O material escavado que poderá ser utilizado no preenchimento das valas será colocado de um lado da vala. Do outro ficarão os materiais escavados que não poderão ser aplicados, as tubulações e todo material necessário ao trabalho.

A distância mínima entre a borda da vala e o monte de terra deverá ser de 0,60 metros.

7.5.8 - Reaterro

O espaço compreendido entre a base do assentamento e a cota acima, definida pela geratriz superior do tubo deve ser de 1,5 (uma vez e meia) o diâmetro do tubo, que deverá ser preenchido com material e cuidadosamente selecionando, isento de raízes, pedra ou outros materiais duros homogêneos, adensado em camadas de 0,20m (vinte centímetros) de espessura.

O restante do aterro deve ser procedido de maneira que resulte uma densidade aproximadamente igual a que se apresenta no solo das paredes das valas, utilizando-se de preferência, o mesmo tipo de solo, isento de pedras grandes ou corpos estranhos de dimensão notável.

7.5.9 - Remoção do Material Excedente

O material que não foi empregado no enchimento ou aterro das valas e não utilizado na regularização do leito dos passeios deverá ser removido do local da obra pela Empreiteira. A quantidade deste material é normalmente igual ao volume de tubos assentados.

7.5.10 - Formas e Escoramentos

As formas serão executadas com esmero, de acordo com a prática recomendada de modo a garantir as dimensões das peças a serem executadas.

Deverão ser suficientemente fortes para que possam suportar o peso do concreto e ajustado para evitar vazamentos de concreto.

Usar-se-á escoramentos nos casos em que a profundidade ultrapassar de 2,00m, e poderá ser realizado de modo contínuo descontínuo ou por meio de esteios.

O escoramento deverá ser rígido, seguro tanto no sentido horizontal como diagonal.

Em qualquer tipo de escoramento deve-se evitar o uso de pregos a fim de facilitar o desmonte e a remoção do madeiramento utilizado.

Qualquer tipo de escoramento poderá ser empregado quando especificação ou não desde previamente aprovado pela fiscalização.

7.5.11 - Nivelamento do Fundo das Valas

Após a abertura das valas, deve-se proceder ao nivelamento das mesmas, o que poderá ser feito por qualquer processo, um dos quais pode ser perfeitamente usado, é descrito a seguir:

O processo utiliza um fio metálico ou de nylon, esticado longitudinalmente sobre a vala, em cima de travessas presas em estacas, em ambos os lados da vala, travessas essas usadas devidamente niveladas.

A linha de aço ou nylon deverá ser paralela ao greide do fundo da vala, de uma distância conhecida, o que permitirá, com auxílio de uma medida, verificar a declividade nos diversos pontos do trecho considerado.

7.5.12 - Carga e descarga de tubos

A carga e a descarga dos tubos deverão ser feitas cuidadosamente, utilizando-se cordas, evitando-se choques e, sobretudo, não os atirar de cima de veículos, preferenciais utilizarem descarga por "munck".

Os tubos deverão ser descarregados ao lado as valas, próximo ao local de assentamento, a fim de se evitar o arrastamento por grandes distâncias.

7.5.13 - Base da Tubulação

A base para assentamento das tubulações não deverá possuir raízes, torrões duros ou pedras soltas ou outras matérias duros.

O assentamento dos tubos será feito em terreno firme, de resistência uniforme, tanto quanto possível de material plástico, com o fundo da vala adaptado exatamente com base do tubo.

Qualquer excesso de escavaria ou depressão no fundo da vala, abaixo da linha de perfil, será preenchido com material selecionado.

Nas ocasiões em que o leito da vala se apresentar com rocha deverá ser preparado uma base de argila apiloada, com cerca de 15 cm de espessura, sobre a qual os tubos serão assentados.

Se o fundo da vala for úmido lamacento, os operários não poderão trabalhar com eficiência, os tubos não poderão ser assentados em fundação firme obedecendo ao bom alinhamento e declividade rigorosamente e torna-se difícil ou impossível obter-se boas juntas.

O escoramento da vala será então imprescindível e poderá ser feito por drenagem, por bombeamento ou pelo uso de um sistema de ponteiros de sucção, deve-se, em seguida, procurar consolidar o terreno com empedramento, ou ainda, por meio de estacas.

Sobre o empedramento deverá ser procedido como nos casos de leito com rocha.

7.5.14 - Reforço da Base

O reforço da base como modelo será indicado e executado, quando o terreno for inconsistente, com espessuras variando com natureza do terreno e o diâmetro das tubulações, sendo a sua espessura média da ordem de $\frac{1}{4}$ do diâmetro interno da tubulação.

O reforço deverá ser bem apiloado e sua superfície acabada, com brita ou saibro, dará evitar pontos saliente. E o apoio condenável aos tubos.

7.5.15 - Alinhamento da Tubulação

O mesmo fio metálico sobre travessas, que serve de base para o velamento do fundo das cavas, e automaticamente, nivelando as bases e greide das tubulações, deverá estar no eixo da tubulação para o seu alinhamento.

O alinhamento será com fio de prumo pela linha metálica de referência.

7.5.16 - Assentamento da Tubulação

A descida da tubulação na cava deverá ser feita cuidadosamente, evitando-se choques e, sobretudo, não os atirando da borda da escavação.

O assentamento da tubulação só será feito depois de observadas atentamente, as declividades e cotas de cada trecho, bem como as condições de suas bases.

Os tubos deverão ser rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O enchimento da cava, em volta da tubulação, deverá merecer as melhores atenções da fiscalização, para observar que a Empreiteira faça em ambos os lados simultaneamente, em camadas máximas de 20 cm rigorosamente apiloados até, no mínimo 30 cm acima do topo de tubo.

O material aplicado nesse enchimento não deverá possuir raízes, pedras ou outros materiais duros.

7.5.17 - Esgotamento

Quando a escavação atingir o lençol de água, fato que poderá criar obstáculos á perfeita execução da obra dever-se á ter o cuidado de manter o terreno permanentemente drenado, impedindo-se que a água se eleve no interior da vala, pelo menos até que o material que compõe a juta da tubulação atinja o ponto de estabilização.

O esgotamento poderá ser feito por meio de bombas, por rebaixamento do lençol de água ou por qualquer outro meio aprovado pela fiscalização.

Quando o esgotamento for feito por meio de bombas, a água retirada deverá ser encaminhada para as galerias de águas pluviais ou valas mais próxima, por meio de calhas, a fim de evitar o alagamento das superfícies vizinhas ao local de trabalho.

Quando for aconselhável, o esgotamento feito por rebaixamento do nível de água, será executado por bombeamento contínuo e será constituído por um sistema de bombas centrifugas.

7.5.18 - Juntas

Antes da execução de qualquer tipo de junta, deve der verificado se as extremidades dos tubos estão perfeitamente limpas.

Quando os tubos forem do tipo ponta e bolsa, a ponta deverá ficar perfeitamente centralizada em relação á bolsa.

O material de enchimento das juntas que extravasar desta para o interior do tubo, devera ser retirado com ferramenta apropriada.

As juntas para os tubos de concreto tipo ponta e bolsa, poderão ser de argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 em volume.

7.5.19 - Poços de Visita

Os poços de visita, normalmente, são constituídos de duas partes, a câmara de trabalho cujas dimensões mínimas devem permitir a inserção de um circulo de 1,10m de diâmetro e câmara de acesso ou chaminé cujas dimensões devem permitir a inserção de um circulo de 0,60m de diâmetro.

A câmara de trabalho devera ter maior altura possível, além de permitir o trabalho no seu interior, em condições satisfatórias. A chaminé que suportarão tampão na sua parte superior terá 1,00 metros de altura máxima e poderá constituir-se de tubos de concreto armado de 0,60m de diâmetro.

O poço de visita terá um embasamento de concreto de traço 1: 3: 5 em volume, com 0,20m de espessura, tendo em planta uma saliência de 0,15m em relação á face externa das paredes. Esse embasamento devera repousar em terreno firme ou devidamente consolidado.

Para a descida ao fundo do poço de visita, deverão ser implantados pela parede, durante a construção degraus de ferro fundido, espaçados entre si verticalmente no máximo de 0,30m.3.5.20 - Bocas de Lobo.

As bocas de lobo serão executadas de acordo com as especificações em anexo deste memorial.

Após completar o reaterro da vala, dentro da técnica indicada, de vem se tomadas providências para eu a pavimentação seja restaurada em perfeitas condições de acordo também coma técnica recomenda.

Para isso, a Empreiteira deverá ter o máximo de cuidado por ocasião da abertura da pavimentação, a fim de não afetar as áreas vizinhas.

Á Empreiteira será a única responsável pela salvaguarda dos materiais de pavimentação retirados e que poderão ser reempregados mais tarde.

Caso não sejam empregados na obra, deverão, sem ônus para o empreendedor serem recolhidos pela Empreiteira aos depósitos ou a outros locais eventualmente indicado pela fiscalização a aprovados pela Prefeitura.

8.0 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

Os parâmetros utilizados foi a Resolução do CONTRAN Nº 180, DE 26 de agosto de 2005 que aprovou o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, VOLUME I Sinalização Vertical de Regulamentação e VOLUME IV Sinalização Horizontal.

8.1 - Sinalização Horizontal

8.1.1 Definição

A sinalização horizontal é um subsistema da sinalização viária composta de marcas, símbolos e legendas, apostos sobre o pavimento da pista de rolamento com a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança e fluidez do trânsito, ordenar o fluxo de tráfego, canalizar e orientar os usuários da via.

8.1.2 Função

A sinalização horizontal tem a finalidade de transmitir e orientar os usuários sobre as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego.

A sinalização horizontal é classificada segundo sua função:

- Ordenar e canalizar o fluxo de veículos;
- Orientar o fluxo de pedestres;
- Orientar os deslocamentos de veículos em função das condições físicas da via, tais como, geometria, topografia e obstáculos;
- Complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação, visando enfatizar a mensagem que o sinal transmite;
- Regular os casos previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Em algumas situações a sinalização horizontal atua, por si só, como controladora de fluxos. Pode ser empregada como reforço da sinalização vertical, bem como ser complementada com dispositivos auxiliares.

8.1.3 Padrão de formas e cores

A sinalização horizontal é constituída por combinações de traçado e cores que definem os diversos tipos de marcas viárias.

8.1.3.1 Padrão de formas:

- **Contínua:** corresponde às linhas sem interrupção, aplicadas em trecho específico de pista;
- **Tracejada ou Seccionada:** corresponde às linhas interrompidas, aplicadas em cadência, utilizando espaçamentos com extensão igual ou maior que o traço;
- **Setas, Símbolos e Legendas:** correspondem às informações representadas em forma de desenho ou inscritas, aplicadas no pavimento, indicando uma situação ou complementando a sinalização vertical existente.

8.1.3.2 Padrão de cores:

- **Amarela**, utilizada para:
 - a) Separar movimentos veiculares de fluxos opostos;
 - b) Regular ultrapassagem e deslocamento lateral;
 - c) Delimitar espaços proibidos para estacionamento e/ou parada;
 - d) Demarcar obstáculos transversais à pista (lombada).
- **Branca**, utilizada para:
 - a) Separar movimentos veiculares de mesmo sentido;
 - b) Delimitar áreas de circulação;

- c) Delimitar trechos de pistas, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais;
 - d) Regularizar faixas de travessias de pedestres;
 - e) Regularizar linha de transposição e ultrapassagem;
 - f) Demarcar linha de retenção e linha de “Dê a preferência”;
 - g) Inscrever setas, símbolos e legendas.
- **Vermelha**, utilizada para:
 - a) Demarcar ciclovias ou ciclofaixas;
 - b) Inscrever símbolo (cruz).
 - **Azul**, utilizada como base para:

Inscrever símbolo em áreas especiais de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque para pessoas portadoras de deficiência física.
 - **Preta**, utilizada para:

Proporcionar contraste entre a marca viária/inscrição e o pavimento, (utilizada principalmente em pavimento de concreto) não constituindo propriamente uma cor de sinalização.
 - A utilização das cores **deve** ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao **padrão Munsell** indicado ou outro que venha a substituir, de acordo com as normas da ABNT.

Cor	Tonalidade
Amarela	10 YR 7,5/14
Branca	N 9,5
Vermelha	7,5 R 4/14
Azul	5 PB 2/8
Preta	N 0,5

8.1.4 Materiais

Na sinalização horizontal será utilizadas tintas tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica.

8.1.5 Aplicação e manutenção da sinalização

- Para a aplicação de sinalização em superfície com revestimento asfáltico ou de concreto novos, **deve** ser respeitado o período de cura do revestimento. Caso não seja possível, a sinalização poderá ser executada com material temporário, tal como tinta de durabilidade reduzida;
- A superfície a ser sinalizada **deve** estar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material que possa prejudicar a aderência da sinalização ao pavimento;
- Na reaplicação da sinalização **deve** haver total superposição entre a antiga e a nova marca/inscrição viária. Caso não seja possível, a marca/inscrição antiga **deve** ser definitivamente removida.

8.1.6 Classificação: A sinalização horizontal é classificada em:

- **Marcas Longitudinais** – separam e ordenam as correntes de tráfego;
 - **Marcas Transversais** – ordenam os deslocamentos frontais dos veículos e disciplinam os deslocamentos de pedestres;
 - **Marcas de Canalização** – orientam os fluxos de tráfego em uma via;
 - **Marcas de Delimitação e Controle de Parada e/ou Estacionamento** – delimitam e propiciam o controle das áreas onde é proibido ou regulamentado o estacionamento e/ou a parada de veículos na via;
 - **Inscrições no Pavimento** – melhoram a percepção do condutor quanto as características de utilização da via.
-
- **Marcas Longitudinais (referências do manual)**
 - As marcas longitudinais separam e ordenam as correntes de tráfego, definindo a parte da pista destinada à circulação de veículos, a sua divisão em faixas de mesmo sentido, a divisão de fluxos opostos, as faixas de uso exclusivo ou preferencial de espécie de veículo, as faixas reversíveis, além de estabelecer as regras de ultrapassagem e transposição.
 - As marcas longitudinais amarelas, contínuas simples ou duplas, têm poder de regulamentação, separam os movimentos veiculares de fluxos opostos e

regulamentam a proibição de ultrapassagem e os deslocamentos laterais, exceto para acesso a imóvel lindeiro;

- As marcas longitudinais amarelas, simples ou duplas seccionadas ou tracejadas, não tem poder de regulamentação, apenas ordenam os movimentos veiculares de sentidos opostos;
- As marcas longitudinais brancas continuas são utilizadas para delimitar a pista (linha de bordo) e para separar faixas de transito de fluxos de mesmo sentido. Neste caso, tem poder de regulamentação de proibição de ultrapassagem e transposição;
- As marcas longitudinais brancas, seccionadas ou tracejadas, não tem poder de regulamentação apenas ordena os movimentos veiculares de mesmo sentido. De acordo com a sua função as Marcas Longitudinais são subdivididas nos seguintes tipos:
 - Linhas de divisão de fluxos opostos (**LFO**);
 - Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido (**LMS**);
 - Linha de bordo (**LBO**);
 - Linha de continuidade (**LCO**).
 - Marcas longitudinais específicas.

8.1.7 Marcas Longitudinais adotadas no projeto

Pelas condições específica da área de intervenção será adotado a **linha simples seccionada (LFO-2) e a (LFO-3)**

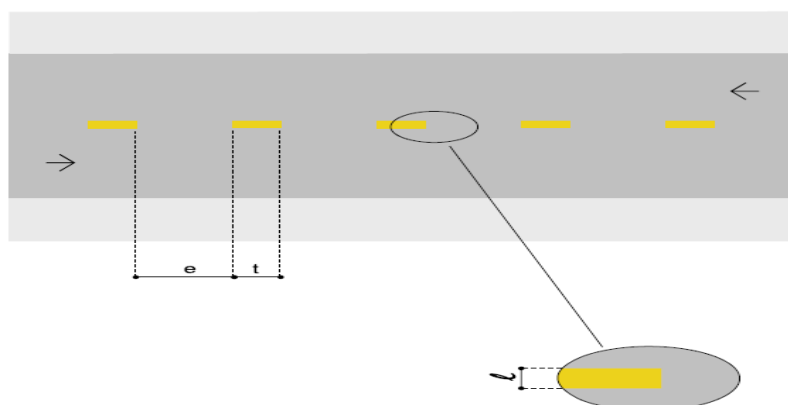
- **LFO-2 Definição:** A divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e indicando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são **permitidos**.
- **Cor:** Amarela.
- **Dimensões:** Esta linha **deve** ter medidas de traço e espaçamento (intervalo entre traços), definidas em função da velocidade regulamentada na via, conforme quadro a seguir:

VELOCIDADE v (km/h)	LARGURA DA LINHA – ℓ (m)	CADÊNCIA $t : e$	TRAÇO t (m)	ESPAÇAMENTO e (m)
$v < 60$	0,10*	1 : 2*	1*	2*
	0,10	1 : 2	2	4
		1 : 3	2	6
$60 \leq v < 80$	0,10**	1 : 2	3	6
		1 : 2	4	8
		1 : 3	2	6
		1 : 3	3	9
$v \geq 80$	0,15	1 : 3	3	9
		1 : 3	4	12

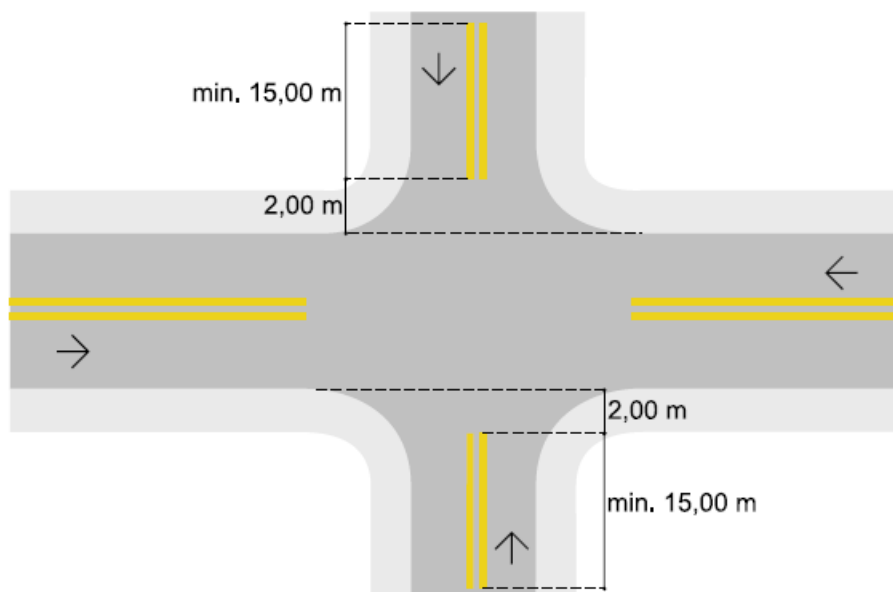
(*) situações restritas às ciclovias.

(**) Pode ser utilizada largura maior em casos que estudos de engenharia indiquem a necessidade, por questões de segurança.

- **Princípios de utilização:** A LFO-2 pode ser utilizada em toda a extensão ou em trechos de vias de sentido duplo de circulação.
- Utiliza-se esta linha em situações, tais como:
 - Vias urbanas com velocidade regulamentada superior a 40 km/h;
 - Vias urbanas, em que a fluidez e a segurança do trânsito estejam comprometidas em função do volume de veículos;
 - Rodovias, independentemente da largura, do número de faixas, da velocidade ou do volume de veículos.
- **Colocação** Em geral é aplicada sobre o eixo da pista de rolamento, ou deslocada quando estudos de engenharia indiquem a necessidade.
- **Relacionamento com outras sinalizações :** Podem ser aplicadas tachas contendo elementos retrorrefletivos bidirecionais amarelos, para garantir maior visibilidade, tanto no período noturno quanto em trechos sujeitos a neblina.
- **Ilustração da LFO-2:**



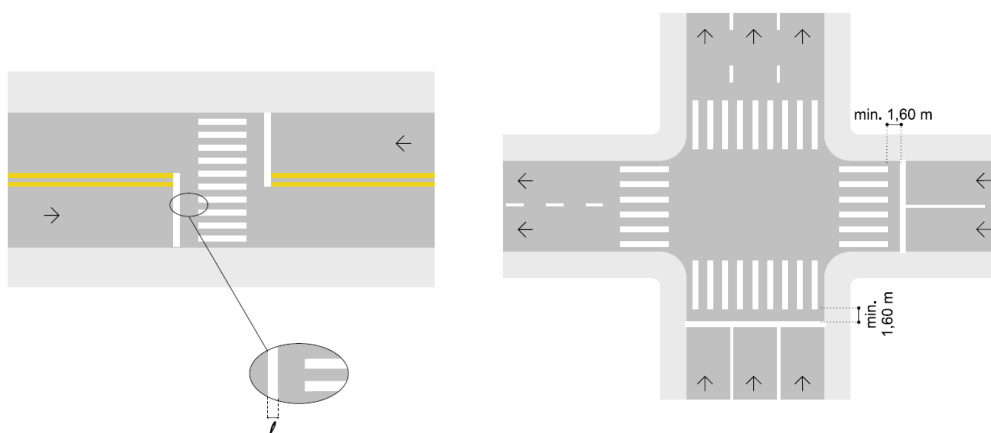
- **(LFO-3) Linha dupla contínua – Definição:** A LFO-3 divide fluxos opostos de circulação, delimitando o espaço disponível para cada sentido e regulamentando os trechos em que a ultrapassagem e os deslocamentos laterais são **proibidos** para os dois sentidos, exceto para acesso a imóvel lindeiro.
- **Cor:** Amarela.
- **Dimensões** A largura (l) das linhas e a distância (d) entre elas é de no mínimo 0,10 m e no máximo de 0,15 m.
- **Princípios de utilização:** A LFO-3 **deve** ser utilizada em toda a extensão ou em trechos de via com sentido duplo de circulação, com largura igual ou superior a 7,00 m e/ou volume veicular significativo, nos casos em que é necessário **proibir** a ultrapassagem em ambos os sentidos.
- Utiliza-se esta linha em situações, tais como:
 - Em via urbana onde houver mais de uma faixa de trânsito em pelo menos um dos sentidos;
 - Em via com traçado geométrico vertical ou horizontal irregular (curvas acentuadas) que comprometa a segurança do tráfego por falta de visibilidade;
 - Em casos específicos, tais como: faixas exclusivas de ônibus no contrafluxo; em locais de transição de largura de pista;
 - Aproximação de obstrução; proximidades de interseções ou outros locais onde os deslocamentos laterais devam ser proibidos, como pontes e seus acessos, em frente a postos de serviços, escolas, interseções que comprometa a segurança viária e outros.
- **Colocação:** É aplicada sobre o eixo da pista de rolamento, ou deslocada quando estudos de engenharia indiquem a necessidade. Em vias urbanas, para maior segurança junto às interseções que apresentam volume considerável de veículos, recomenda-se o uso de linha dupla contínua nas aproximações, numa extensão mínima de 15,00 m, contada a partir de 2,00 m do alinhamento da pista transversal ou da faixa de pedestres, ou junto à linha de retenção.
- **Ilustração da LFO-3:**



8.1.8 Marcas Transversais (referência manual)

- **Definição:** As marcas transversais ordenam os deslocamentos frontais dos veículos e os harmonizam com os deslocamentos de outros veículos e dos pedestres, assim como informam os condutores sobre a necessidade de reduzir a velocidade e indicam travessia de pedestres e posições de parada. De acordo com a sua função, as marcas transversais são subdivididas nos seguintes tipos:
 - Linha de Retenção (**LRE**);
 - Linhas de Estímulo à Redução de Velocidade (**LRV**);
 - Linha de “Dê a preferência” (**LDP**);
 - Faixa de Travessia de Pedestres (**FTP**);
 - Marcação de Cruzamentos Rodociclovitários (**MCC**);
 - Marcação de Área de Conflito (**MAC**);
 - Marcação de Área de Cruzamento com Faixa Exclusiva (**MAE**);
 - Marcação de Cruzamento Rodoferroviário (**MCF**).
- Considerando as demandas específicas da área de intervenção do projeto, as Marcas transversais adotadas foi a Linha de Retenção (LRE) com as seguintes características:
 - **Definição:** A LRE indica ao condutor o local limite em que **deve** parar o veículo.

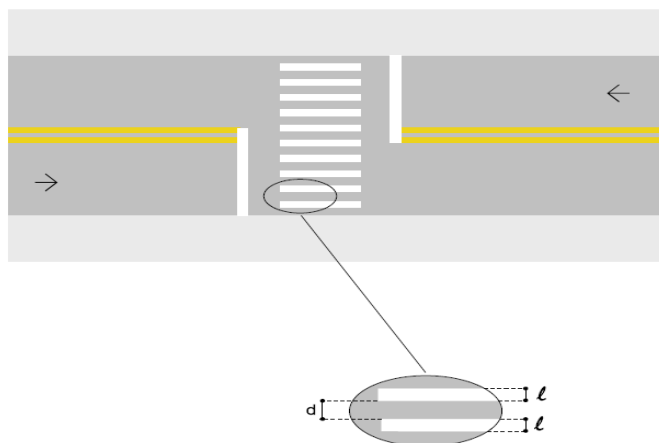
- **Cor:** Branca.
- **Dimensões** A largura (l) mínima é de 0,30 m e a máxima de 0,60 m de acordo com estudos de engenharia.
- **Princípios de utilização:** A LRE **deve** ser utilizada:
 - Em todas as aproximações de interseções semaforizadas;
 - Em cruzamento rodociclovitário;
 - Em cruzamento rodoferroviário;
 - Junto a faixa de travessia de pedestre;
 - Em locais onde houver necessidade por questões de segurança.
- **Colocação:** Em vias controladas por semáforos **deve** ser posicionada de tal forma que os motoristas parem em posição frontal ao foco semafórico.
- Quando existir faixa para travessia de pedestres, a **LRE deve** ser locada a uma distância mínima de 1,60 m do início desta.
- Quando não existir faixa para travessia de pedestres, a **LRE deve** ser locada a uma distância mínima de 1,00 m do prolongamento do meio fio da pista de rolamento transversal. **Deve** abranger a extensão da largura da pista destinada ao sentido de tráfego ao qual está dirigida a sinalização. Admitem-se outras distâncias da **LRE**, e colocação por faixas de tráfego quando estudos de engenharia indiquem a necessidade.
- **Ilustrações da LRE:**



8.1.9 Faixa de travessia de pedestres (FTP)

- **Definição** - A **FTP** delimita a área destinada à travessia de pedestres e regulamenta a prioridade de passagem dos mesmos em relação aos veículos, nos casos previstos pelo CTB. A **FTP** compreende dois tipos, conforme a Resolução nº 160/04 do CONTRAN:
 - Zebrada (FTP-1)
 - Paralela (FTP-2)
- **Cor Branca.**
- **Dimensões FTP-1:** A largura (l) das linhas varia de 0,30 m a 0,40 m e a distância (d) entre elas de 0,30 m a 0,80 m. A extensão mínima das linhas é de 3,00 m, podendo variar em função do volume de pedestres e da A **FTP deve** ocupar toda a largura da pista.
- **Princípios de Utilização:** A FTP deve ser utilizada em locais onde haja necessidade de ordenar e regulamentar a travessia de pedestres.

A **FTP-1 deve** ser utilizada em locais, semaforizados ou não, onde o volume de pedestres é significativo nas proximidades de escolas ou pólos geradores de viagens, em meio de quadra ou onde estudos de engenharia indicarem sua necessidade.
- **Colocação:** A locação da **FTP deve** respeitar, sempre que possível, o caminamento natural dos pedestres, sempre em locais que ofereçam maior segurança para a travessia. Em interseções, **deve** ser demarcada no mínimo a 1,00 m do alinhamento da pista transversal.
- **Ilustração – FTP 1**



8.2 - SINALIZAÇÃO VERTICAL

8.2.1 Definição

A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

A sinalização vertical tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotar comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via.

8.2.2 Classificação

A sinalização vertical é classificada segundo sua função, que pode ser de:

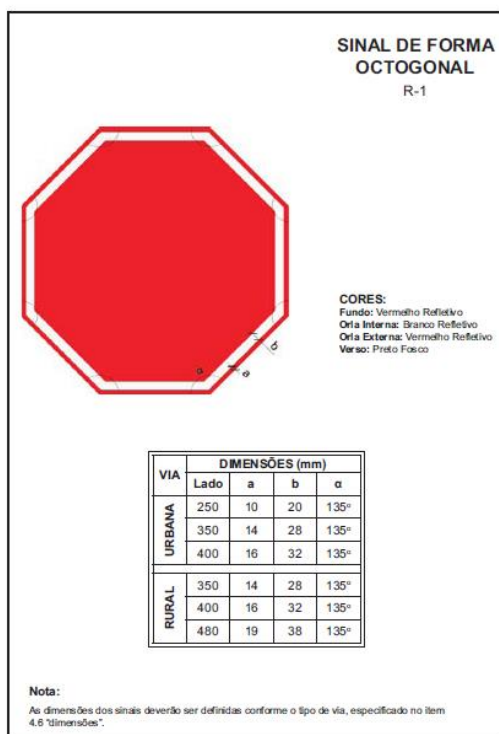
- Regular as obrigações, limitações, proibições ou restrições que governam o uso da via;
- Advertir os condutores sobre condições com potencial risco existentes na via ou nas suas proximidades, tais como escolas e passagens de pedestres;
- Indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu deslocamento.

8.2.3 Demandas específicas e soluções adotadas no projeto para a área de intervenção:

As soluções apontadas no projeto estão em consonância com as demandas específicas da área de intervenção, tendo sido adotado como sinal de regulamentação a Placa R1 e como sinais de indicação de direções placa indicativa do nome das ruas e avenidas beneficiadas.

8.2.4 Formas e cores

A forma padrão do sinal de regulamentação **R-1** – “Parada Obrigatória” e **R-2** “Dê a Preferência”:



- A utilização das cores nos sinais de regulamentação **deve** ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao padrão *Munsell* indicado.

8.2.5 Dimensões

Devem ser sempre observadas as dimensões mínimas estabelecidas por tipo de via conforme tabelas a seguir:

Dimensões mínimas - sinal de forma octogonal - R-1

Via	Lado (m)	Orla interna branca (m)	Orla externa vermelha (m)
Urbana	0,35	0,028	0,014
Rural (estrada)	0,35	0,028	0,014
Rural (rodovia)	0,50	0,040	0,020

8.2.6 Padrões alfanuméricos:

Para mensagens complementares dos sinais de regulamentação **em áreas urbanas, devem** ser utilizadas as fontes de alfabetos e números dos tipos Helvética Medium, Arial, Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings ou similar.

8.2.7 Retrorrefletividade :

Os sinais de regulamentação devem ser aplicados em placas pintadas, retrorrefletivas.

8.2.8 Materiais das placas:

Os materiais utilizados para a confecção das placas de sinalização são o aço, e madeira imunizada.

Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são: esmalte sintético, fosco ou semifosco ou pintura eletrostática.

Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir a partir de desenvolvimento tecnológico, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais do sinal, durante toda sua vida útil, em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução do processo de manutenção. Em função do comprometimento com a segurança da via, **não deve** ser utilizada tinta brilhante ou películas retrorrefletivas do tipo “esferas expostas”. O verso da placa **deverá** ser na cor preta, fosca ou semifosca.

8.2.9 Suporte das placas:

- **O suporte adotado será tipo Coluna Simples;**
- Os suportes **devem** ser dimensionados e fixados de modo a suportar as cargas próprias das placas e os esforços sob a ação do vento, garantindo a correta posição do sinal;
- Os suportes **devem** ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas;
- Para fixação da placa ao suporte **devem** ser usados elementos fixadores adequados de forma a impedir a soltura ou deslocamento da mesma;
- Os materiais mais utilizados para confecção dos suportes será de madeira imunizada;
- Ilustração do Suporte:

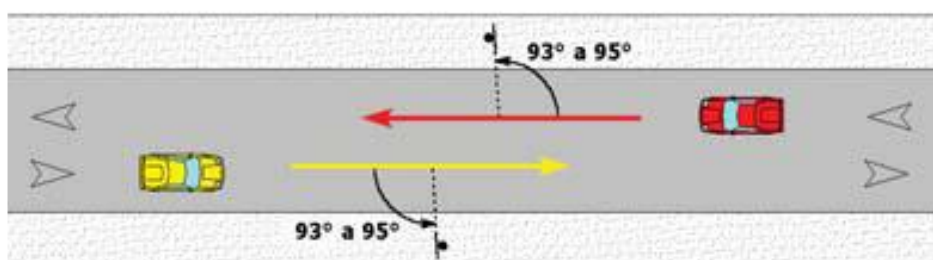


8.2.10 Posicionamento na via:

O posicionamento das placas de sinalização, consiste em colocá-las no lado direito da via no sentido do fluxo de tráfego que **devem** regulamentar.

As placas de sinalização **devem** ser colocadas na posição vertical, fazendo um ângulo de 93° a 95° em relação ao sentido do fluxo de tráfego, voltadas para o lado externo da via. Esta inclinação tem por objetivos assegurar boa visibilidade e leitura dos sinais, evitando o reflexo especular que pode ocorrer com a incidência de faróis de veículos ou de raios solares sobre a placa.

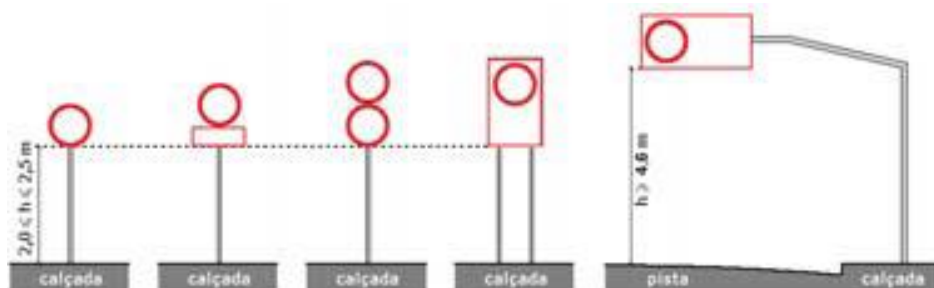
- Ilustração 1 – Posicionamento na via



8.2.11 Altura das placas:

A borda inferior da placa ou do conjunto de placas colocada lateralmente à via, **deve** ficar a uma altura livre entre 2,0 e 2,5 metros em relação ao solo, inclusive para a mensagem complementar, se esta existir.

- Ilustração 2 – Altura das placas



- O afastamento lateral das placas:

O afastamento lateral das placas medido entre a borda lateral da mesma e da pista, **deve** ser, no mínimo, de 0,30 metros para trechos retos da via, e 0,40 metros nos trechos em curva.

- Ilustração 3 – Afastamento lateral das placas:



8.2.12 Sinalização de Indicação:

A Sinalização de indicação tem como finalidade a orientação dos usuários para os nomes das vias de intervenção, consiste em placas metálicas com as seguintes características de confecção e aplicação:

- **Material:** Chapa de aço galvanizado N. 18, fundo anticorrosivo em película auto-adesiva;
 - **Dimensões:** 0,50 metros de comprimento por 0,25 metros de largura;
 - **Cores:** Fundo Azul com sinais alfanuméricos brancos.
 - **Aplicação:** Fixada em paredes e muros de domicílios sempre de forma visível para os usuários das vias.
-
- **Ilustração** – Placa Indicativa de Ruas e Avenidas



9.0 - SEGURANÇA E DANOS

9.1 Medidas a serem seguidas

As obras serão implantadas sob orientação do engenheiro que deverá conduzi-las, conforme especificações e medidas de segurança que venham julgar necessária.

Na execução dos trabalhos, quaisquer que seja, deverá haver proteção contra o risco de acidentes, com relação à própria pessoa da Empreiteira e a terceiros, independentemente da transferência daquele risco a companhias ou institutos seguradores.

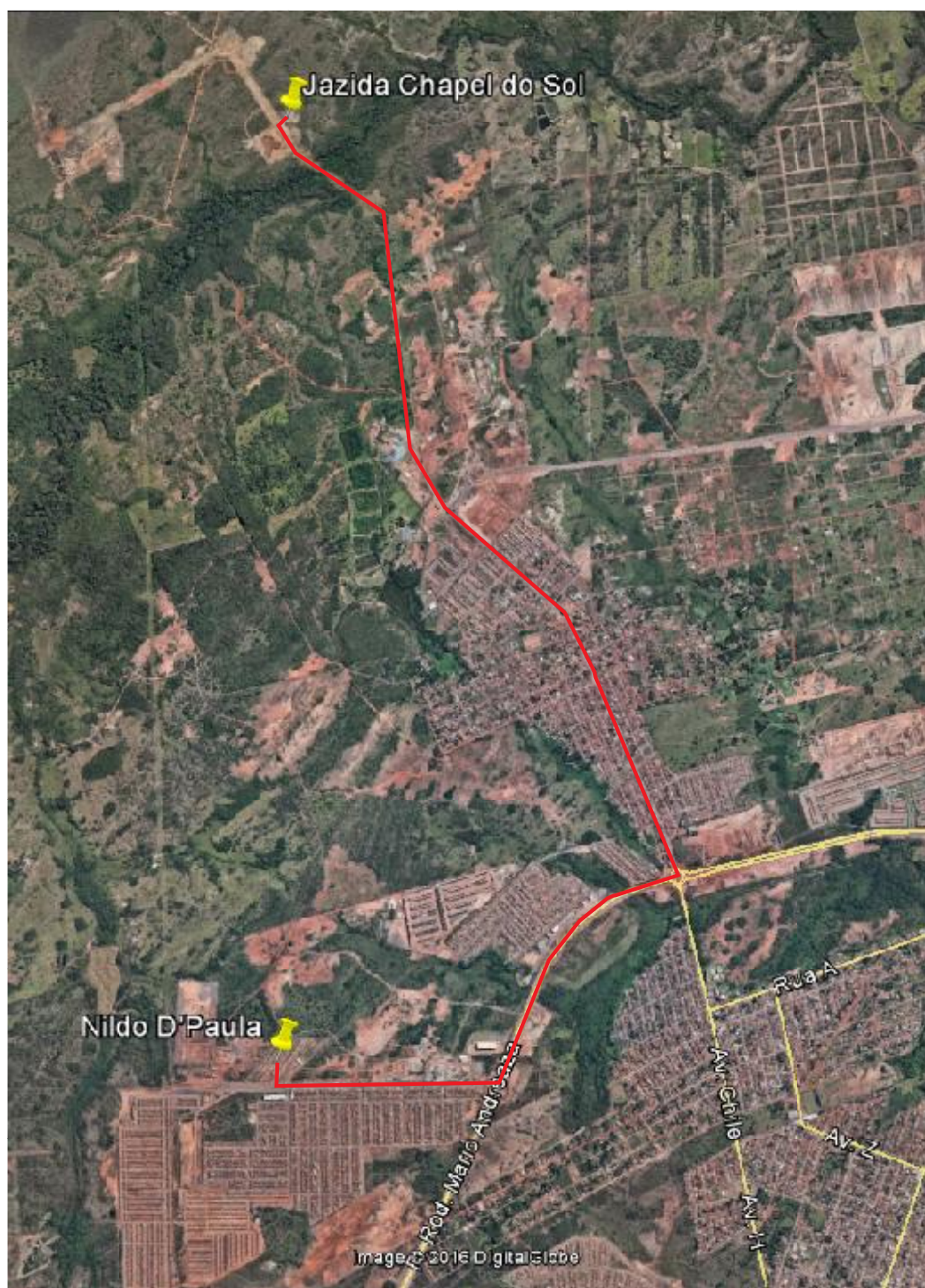
Para isto, a Empreiteira devera cumprir fielmente o estabelecido na Legislação Nacional no que concerne à segurança e higiene do trabalho, bem como obedecer a todas as boas normas, a critério da fiscalização, apropriadas e específicas à segurança de cada tipo de serviço.

A Empreiteira será responsável por todo e qualquer dano, seja de que natureza for, causado ao Estado, à própria obra em particular, a terceiros ou à propriedade de terceiros, provenientes da execução de serviços a seu cargo ou de sua responsabilidade direta ou indireta.

A responsabilidade geral da construção, de todas as formas, recairá sobre Empreiteira, e deverá acompanhá-la e com direito a interrompê-la enquanto não foram aceitas as medidas de segurança julgada necessárias.

10.0 ANEXOS

10.1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA JAZIDA



Bairro Nildo D'Paula/Jazida Chapel do Sol
DMT= 5,0km pavimentado+2,0km não pavimentado

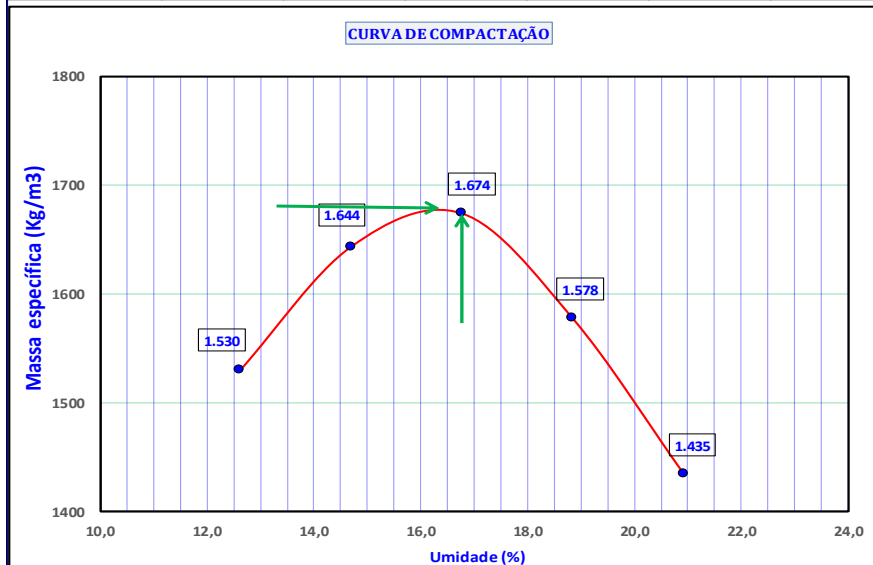
10.2 ENSAIOS DE SOLOS – AMOSTRA 01



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
amar - cuidar - acreditar

**COMPACTAÇÃO DNIT -
ME 129/94**

AMOSTRA:	OBRA:	LOCAL:
1	Nilda de Paula	Várzea Grande
EXCUTANTE:	ORIGEM:	FASE DE SERVIÇO:
	Terreno Natural	Sub - Leito
MATERIAL:	PROCTOR:	GOLPES:
Argila Silte Arenosa de Cor Vermelha	Normal	12
		DATA: 01/11/16
Cilindro nº	28	24
	27	19
	5	UMID. NATURAL
Cápsula n.º		UMID. HIGROSCÓPICA
		1
Tara da Cápsula g		2
		12,5
C + Solo + Água g		100,00
C + Solo seco g		97,40
Peso da Água g		2,60
Peso do Solo g		84,90
Umidade %		3,06
UMIDADE MÉDIA		3,8
UMIDADE CALCULADA	12,6	14,69
	16,77	18,84
	20,92	PESO MATERIAL:
Água Adicionada (ml)	510	630
	750	870
	990	PESO MAT. SECO:
% Água adicionada	8,82	10,90
	12,97	15,05
	17,13	20,92
Molde+ Solo + Água g	8.235	8.520
	8.800	8.670
	7.890	7.890
Peso do Molde g	4.670	4.620
	4.755	4.790
	4.300	4.300
Solo + Água g	3.565	3.900
	4.045	3.880
	3.590	3.590
Dens. Úmida	1.723	1.885
	1.955	1.875
	1.735	1.735
DENS. CONVERTIDA	1.583	1.700
	1.730	1.630
	1.481	1.481
DENS. SECA	1.530	1.644
	1.674	1.578
	1.435	1.435



Densidade Máxima

1.674 kg/cm³

Umidade Ótima

16,8 %

Resumo

C.B.R.: **8,09 %**

EXPANSÃO: **0,12 %**

EQ. AREIA: **%**

I.P.: **5,4 %**

I.G.: **1,08**

H.R.B.: **A-4**

GRANULOMETRIA

:1 **100,0 %**

3/8.: **100,0 %**

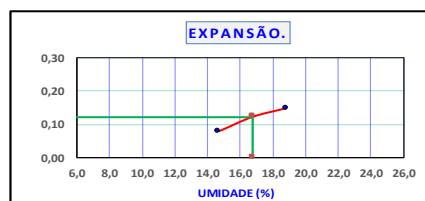
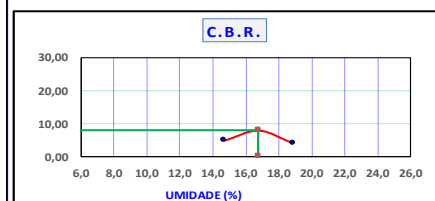
4.: **100,0 %**

10.: **100,0 %**

40: **91,5 %**

200.: **42,6 %**

Obs:





PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
amar • cuidar • acreditar

ÍNDICE DE SUPORTE
CALIFÓRNIA
DNIT-ME 049/94

AMOSTRA:	OBRA:		LOCAL:	
1	Nilda de Paula		Várzea Grande	
EXCUTANTE:	ORIGEM		FASE DE SERVIÇO:	
	Terreno Natural		Sub - Leito	
MATERIAL:			ENTRADA:	SAÍDA:
Argila Silte Arenosa de Cor Vermelha			01/11/2016	05/11/2016
ANEL N.º		CONSTANTE:	CILINDROS	
130		0,1136		
PRESSÕES kg/cm² PADRONIZADAS		0,1 POL.	0,2 POL.	
		70,31	105,46	
RESULTADOS	CILINDRO N.º	CILINDROS		
	I.S.C. %	8,09		
	EXPANSÃO %	0,08	0,12	0,15
	C.B.R. (FINAL)	8,09		
	EXPANSÃO (FINAL)	0,12		
SECO HOT. SATURADO				
ALTURA		24	27	19
VOLUME		114,7	114,8	114,8
PESO		2.069	2.069	2.069
		4.620	4.755	4.790
EXPANSÃO (%)				
PONTO	2º	3º	4º	
CILINDRO Nº	24	27	19	
LEITURA INICIAL	0,00	0,00	0,00	
LEITURA 24h				
LEITURA 48h				
LEITURA 72h				
LEITURA 96h	0,09	0,14	0,17	
EXPANSÃO %	0,08	0,12	0,15	
CILINDRO N.º :		24	ORDEM:	2º
PENETRAÇÃO		LEITURA ANEL	PRESSÃO kg/cm²	I.S.C.
TEMPO	m.m.	POL.	DETER.	CORRIG.
30 SEG.	0,63	0,025	15	1,70
1 MIN.	1,27	0,050	20	2,27
1,5 MIN.	1,90	0,075	25	2,84
2 MIN.	2,54	0,100	30	3,41
3 MIN.	3,81	0,150	35	3,98
4 MIN.	5,08	0,200	45	5,11
6 MIN.	7,62	0,300	60	6,82
8 MIN.	10,15	0,400		
10 MIN.	12,70	0,500		
CILINDRO N.º :		27	ORDEM:	3º
PENETRAÇÃO		LEITURA ANEL	PRESSÃO kg/cm²	I.S.C.
TEMPO	m.m.	POL.	DETER.	CORRIG.
30 SEG.	0,63	0,025	20	2,27
1 MIN.	1,27	0,050	32	3,64
1,5 MIN.	1,90	0,075	45	5,11
2 MIN.	2,54	0,100	50	5,68
3 MIN.	3,81	0,150	60	6,82
4 MIN.	5,08	0,200	65	7,38
6 MIN.	7,62	0,300	70	7,95
8 MIN.	10,15	0,400		
10 MIN.	12,70	0,500		
CILINDRO N.º :		19	ORDEM:	4º
PENETRAÇÃO		LEITURA ANEL	PRESSÃO kg/cm²	I.S.C.
TEMPO	m.m.	POL.	DETER.	CORRIG.
30 SEG.	0,63	0,025	10	1,14
1 MIN.	1,27	0,050	15	1,70
1,5 MIN.	1,90	0,075	20	2,27
2 MIN.	2,54	0,100	25	2,84
3 MIN.	3,81	0,150	30	3,41
4 MIN.	5,08	0,200	35	3,98
6 MIN.	7,62	0,300	45	5,11
8 MIN.	10,15	0,400		
10 MIN.	12,70	0,500		

ENC. LABORATORIO

ENGENHEIRO DA OBRA

ENGENHEIRO FISCAL

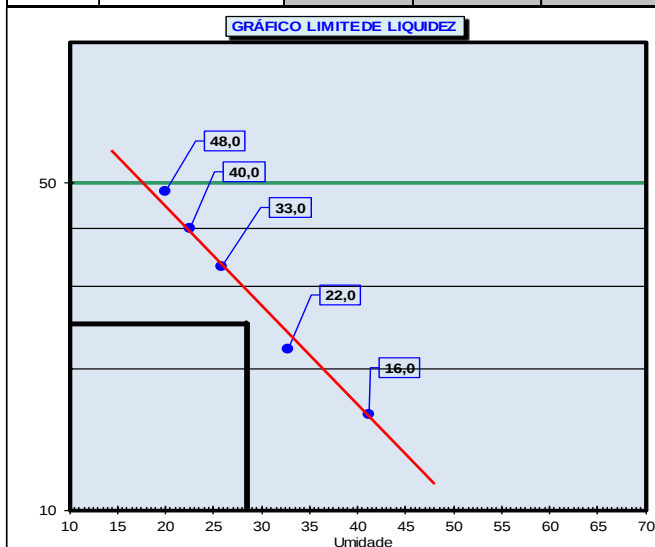


PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
amar • cuidar • acreditar

ENSAIOS FÍSICOS
DNER-ME 082/94 -
122/94

AMOSTRA:	OBRA:	LOCAL:
1	Nilda de Paula	Várzea Grande
EXCUTANTE:	ORIGEM:	FASE DE SERVIÇO:
	Terreno Natural	Sub - Leito
MATERIAL:	DATA:	
Argila Silte Arenosa de Cor Vermelha	02/11/16	

AMOSTRA	Cápsula nº:	195	166	165	139	285		
	C + S + A g	22,40	20,60	18,80	23,40	20,00		
	C + Solo g	20,00	18,20	16,50	19,50	16,50		
	Cápsula g	8,00	7,60	7,60	7,60	8,00		
	Água g	2,40	2,40	2,30	3,90	3,50		
	Solo g	12,00	10,60	8,90	11,90	8,50		
	Umidade %	20,00	22,60	25,80	32,80	41,20		
	GOLPES	48	40	33	22	16		



ÍNDICE DE PLASTICIDADE		
Limite de Liquidez	%	28,48
Limite de plasticidade	%	23,10
Índice de plasticidade	%	5,4

RESUMO	
Equivalente de areia	
Passado na #200	% 42,58
Índice de grupo	1,08
Classificação TRB	A-4
Classificação USC	

Obs.:

OPERADOR:	LIMITE DE PLASTICIDADE - DNER-ME 082/94	DATA:
		02/11/2016

AMOSTRA	Cápsula nº:	126	161	234	162	221		
	C + S + A g	9,20	9,60	9,00	9,20	9,40		
	C + Solo g	9,00	9,30	8,80	9,00	9,10		
	Cápsula g	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00		
	Água g	0,20	0,30	0,20	0,20	0,30		
	Solo g	1,00	1,30	0,80	1,00	1,10		
	Umidade %	20,00	23,10	25,00	20,00	27,30		
	LIMITE DE PLASTICIDADE :	23,10	%					

Obs:

 PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE <i>amar • cuidar • acreditar</i>																	
QUADRO DE RESUMO DOS ESTUDOS GEOTÉCNICOS DE SOLOS																	
AMOSTRA:		OBRA:										LOCAL:					
1		Nilda de Paula										Várzea Grande					
MATERIAL:										ORIGEM:				DATA:			
Argila Silte Arenosa de Cor Vermelha										Terreno Natural				01/11/2016			
FASE DE SERVIÇO:				PROCTOR:						EXECUTANTE:							
Sub - Leito				Normal						0							

AMOSTRA	LIMITES			GRANULOMETRIA						IG	CLASSIFICAÇÃO	EA	COMPACTAÇÃO			CBR	
	LP	LL	IP										GOLPES	UMID. HOTMA	DENS. MAX	EXPANSÃO	CBR %
				1"	3/8	4	10	40	200								
1	23,1	28,5	5,4	100,0	100,0	100,0	100,0	91,5	42,6	1,1	A-4	-	12	16,8	1.674	0,12	8,09

 LABORATÓRISTA

 ENGENHEIRO CIVIL

11. ORÇAMENTO E MEMÓRIAS DE CÁLCULO